

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 5 nº 41

fevereiro 20



A retomada do emprego

Sinais mais consistentes de que a economia está se recuperando devem animar contratações em 2020

OCDE ▶ A adesão que promete melhorar o ambiente de negócios ficou mais próxima
TERMÔMETRO ▶ Dados apontam novos recordes de confiança dos empresários
INDÚSTRIA 4.0 ▶ SENAI leva inovação a 43 empresas de micro e pequeno porte

VOCÊ NÃO PRECISA ESPERAR O FUTURO CHEGAR PARA SER PROTAGONISTA DELE.

Como será o futuro do trabalho? O que a indústria procura em um profissional de futuro? Para acompanhar um mundo que evolui a cada dia, é preciso se preparar hoje com uma formação inovadora, criativa e eficiente. Nessa hora, você pode contar com os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia que desenvolvem soluções ágeis e novos produtos e processos sob medida para todas as indústrias de todos os portes, com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas. No SENAI, o futuro do trabalho acontece todos os dias. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SENAI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho

Saiba mais em www.semprisesisenai.com.br

[f/senainacional](#) [t/senainacional](#) [i/senainacional](#)
[u/senaibr](#) [in/senai-nacional](#)

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta ao leitor

A DESEJADA volta dos empregos ceifados pela crise econômica é o tema de capa desta edição, explicado em reportagens, dados e entrevistas com especialistas que têm seguido de perto a lenta e demorada recuperação dos indicadores econômicos. Ainda que com reticências e alguma dose de desconfiança, o otimismo é a tônica dos analistas.

Há razões para isso. Os juros estão num nível historicamente baixo, a demanda doméstica está crescendo e a reforma trabalhista melhorou as condições de contratação ao ampliar o espaço para negociação entre empresas e trabalhadores. Como sempre, há risco de choques externos, como a recente preocupação com o impacto do coronavírus sobre as economias chinesa e mundial, mas esse perigo ainda é incerto.

O que merece especial atenção, entretanto, é o fato de que esse otimismo compartilhado tem origem essencialmente conjuntural. Quando pesquisadores, economistas e executivos falam sobre os determinantes estruturais do emprego, o olhar positivo é substituído pela circunspeção. A deficiente qualidade da mão de obra no país, a excessiva carga tributária

e a cada vez mais difícil inserção internacional da produção brasileira tendem a limitar o aproveitamento que a economia nacional poderia ter em cada oportunidade contextual como a que está surgindo em 2020.

Portanto, continuam sendo urgentes ações do setor público para corrigir as distorções do regime tributário brasileiro, fortalecer iniciativas de educação profissional e cuidar do desenho de acordos comerciais que podem expor, de forma açodada e desnecessária, setores produtivos nacionais à concorrência internacional. Cada um desses tópicos é descrito com detalhes em reportagens desta edição sobre o debate legislativo da reforma tributária, sobre as ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para formar trabalhadores mais qualificados às necessidades urgentes da indústria neste momento de retomada e na entrevista de Dan Ioschpe (IEDI), que recomenda maior gradualismo na celebração de acordos internacionais.

As novas oportunidades estão aí. Os velhos desafios, também.

Boa leitura!

▼ *Conheça o Sistema Indústria*

CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)
flickr ▶ [cniweb](#)
instagram ▶ [cni br](#)
twitter.com ▶ [cni_br](#)
linkedin ▶ [cni-brasil](#)
youtube ▶ [cniweb](#)

SESI

facebook ▶ [SESI Nacional](#)
youtube ▶ [sesi](#)
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)
instagram ▶ [senai_nacional](#)
twitter ▶ [senainacional](#)
youtube ▶ [senai br](#)
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

IEL

facebook ▶ [IELbr](#)
instagram ▶ [ielbr](#)
twitter ▶ [iel_br](#)
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

sumário

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Analistas explicam por que 2020 deve ser o ano da recuperação dos empregos depois da longa crise econômica

16 INFOGRAFIA

Um diagnóstico visual sobre as vagas em cada estado e as profissões mais demandadas na indústria

18 TECNOLÓGICAS

Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023 aponta procura em alta por profissionais das áreas de eletrotécnica, eletromecânica e mecânica, entre outras

22 JOSÉ PASTORE

Professor da USP fala, em entrevista, sobre os fatores conjunturais e estruturais que atuarão na criação de novas vagas de trabalho

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI e Anatel promovem reunião sobre infraestrutura e política industrial, de olho no aumento da produtividade

26 COMPETITIVIDADE

Apoio dos EUA torna mais próxima a adesão do Brasil à OCDE e aos benefícios de integrar a organização da qual Peru e Chile já fazem parte

30 REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate no Congresso pode reduzir carga indevida cobrada da produção destinada ao mercado externo

34 ENTREVISTA

Dan Ioschpe, presidente do IEDI, dá sua receita para a celebração de acordos comerciais que sejam, de fato, vantajosos para o Brasil

36 INDICADORES

Indústria brasileira perde participação no mercado mundial, segundo dados da OCDE e da Unido

38 TERMÔMETRO

Confiança do empresário industrial é a maior desde 2010, segundo dados do ICEI de janeiro

40 GIRO BRASIL

SESI de Alagoas inaugura moderno centro multimídia no interior do estado, com computadores e biblioteca

42 PARA TODOS

Programa-piloto *Indústria Mais Avançada*, do SENAI, aumenta em 22% a produtividade de micro, pequenas e médias empresas

46 OUTRA VISÃO

William Wills, sócio da EOS Estratégia & Sustentabilidade, explica como o *Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável* pode gerar empregos

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Ana Flávia Flôres, Marina Simon e Aerton Guimarães.

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

Gettyimages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472
fax (61) 3317-9456
revistacni@cni.org.br

O fundamental caminho das reformas



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

INÍCIOS de anos e, mais especialmente, de décadas costumam trazer renovação de esperanças num futuro melhor. Essa sensação sempre se mostra mais forte quando o passado recente foi marcado por dificuldades políticas, sociais ou econômicas. Hoje, ainda sentimos os efeitos da mais grave e longa recessão da história brasileira, cujo resultado mais triste é o flagelo do desemprego, que atinge cerca de 12 milhões de pessoas. Com a gradual melhora do cenário, porém, temos a perspectiva de voltar ao caminho do desenvolvimento.

O que melhorou as expectativas de empresários e trabalhadores, elevando as estimativas de crescimento neste e nos próximos anos, foram as medidas que o governo federal e o Congresso Nacional vêm tomando. O objetivo claro é, por meio da reestruturação do Estado, do controle dos gastos públicos e do aperfeiçoamento do ambiente de negócios, impulsionar a competitividade da economia nacional. A perceptível recuperação da confiança deve estimular o aumento dos investimentos, essencial para a geração de empregos e renda.

O bom desempenho da economia, contudo, não está garantido. Ao longo do ano,



a transformação das boas expectativas iniciais em crescimento econômico concreto, num ritmo mais vigoroso, vai depender não apenas da manutenção das reformas, mas do seu aprofundamento. Agora, entram em pauta as reformas administrativa, necessária para conferir racionalidade ao Estado brasileiro, e a tributária, indispensável para retirar os terríveis obstáculos que o atual sistema de cobrança de impostos impõe à atividade produtiva.

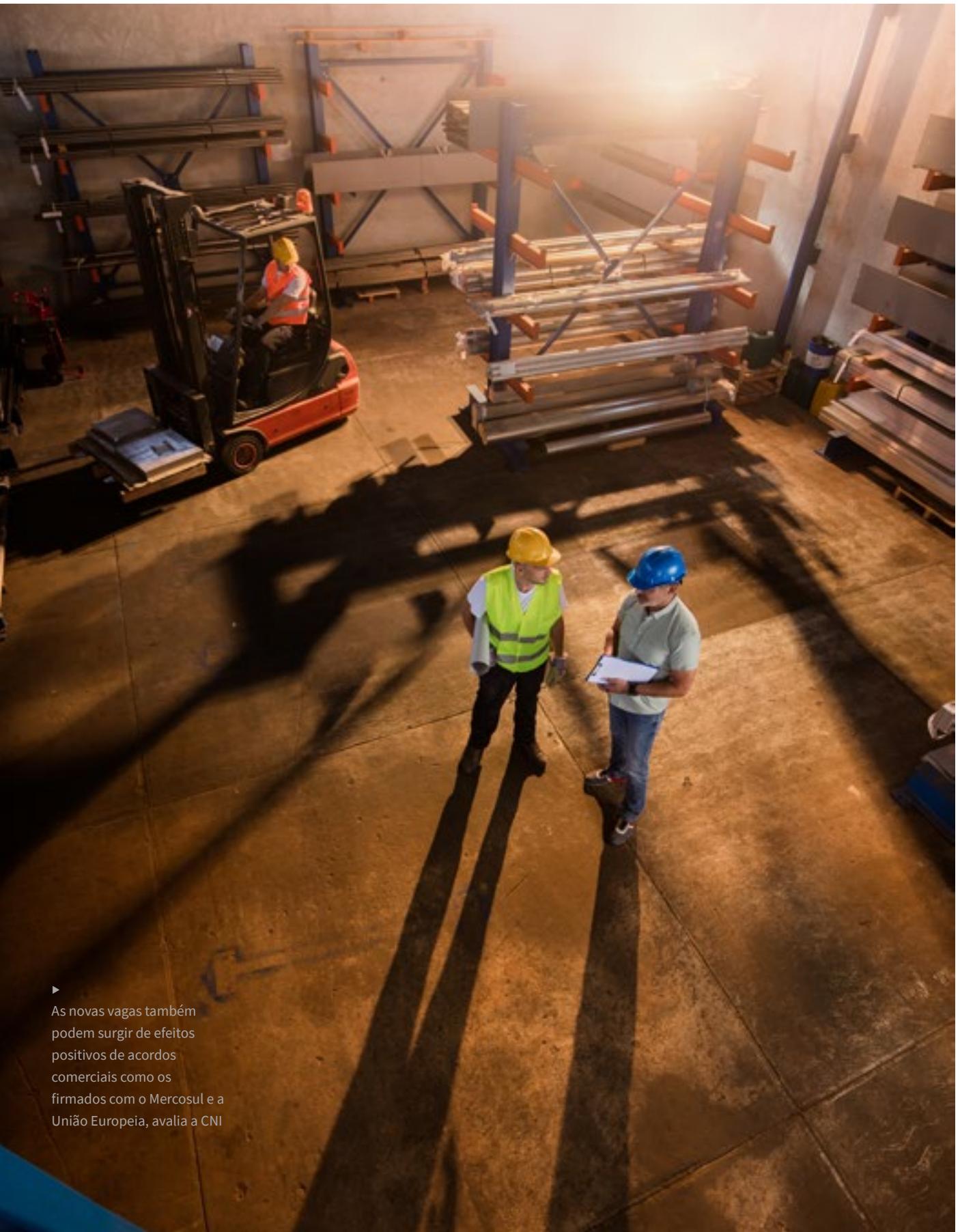
É preciso viabilizar politicamente, pela obtenção de um consenso entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e o setor privado, a criação de um novo sistema tributário que seja bem mais simples e menos oneroso do que o existente. Atualmente, os contribuintes brasileiros são assombrados por um emaranhado de dispositivos constitucionais, leis, decretos, regulamentos, portarias e instruções normativas tentando disciplinar uma miríade de impostos, contribuições, taxas e obrigações acessórias.

Da mesma forma, é necessário buscar a simplificação e a redução do Estado brasileiro para que ele possa ser mais eficiente, servindo mais aos cidadãos e deixando de servir-se deles. Ao longo do tempo,

desde o Brasil colônia, o aparato estatal se agigantou, tornando-se lerdo e altamente ineficaz. Num momento de profunda reformulação nas relações econômicas mundiais, ele precisa passar a colaborar ativamente com a construção de um país mais dinâmico e próspero, em vez de atrapalhar com sua enorme burocracia.

O Brasil necessita perseverar na nem sempre tranquila, mas fundamental, via das reformas. Todos os esforços, nas mais diversas esferas, devem ser empreendidos para remover os entraves que impedem a economia de crescer mais fortemente e de modo sustentado. Isso significa facilitar a vida dos empreendedores e fazer o Estado trabalhar, de modo adequado, em favor do desenvolvimento do país.

Se continuarmos na trilha da modernização estrutural, certamente teremos, como resultado, o aumento da produtividade das empresas e da competitividade dos nossos produtos, tanto no mercado externo como no doméstico. Dedicando-se às reformas com determinação e senso de direção, serão estabelecidas as condições para que se invista mais na produção e se crie empregos para milhões de brasileiros em 2020 e nos próximos anos. ■



► As novas vagas também podem surgir de efeitos positivos de acordos comerciais como os firmados com o Mercosul e a União Europeia, avalia a CNI

Há vagas

MELHORA DA ATIVIDADE ECONÔMICA E AUMENTO DA CONFIANÇA TENDEM A CRIAR MILHARES DE EMPREGOS EM 2020, MAS HÁ PREOCUPAÇÕES COM A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E O RISCO DE CHOQUES EXTERNOS, DIZEM ESPECIALISTAS

O AUMENTO no número de empregados com carteira assinada em 2019, aliado a um ritmo mais intenso no nível de atividade econômica no segundo semestre e a uma leve queda na taxa de desemprego no ano passado, indicam que a recuperação da economia em 2020 deve ocorrer numa velocidade maior do que a registrada nos últimos anos. A expectativa do Ministério da Economia é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha uma alta de, pelo menos, 2,4% neste ano e que isso impulse a criação de 1 milhão de empregos formais.

O governo avalia que os indicadores de atividade têm apresentado resultados acima da expectativa de mercado, especialmente nos setores de serviços, comércio e construção civil, o que explica as revisões para cima das projeções para o crescimento econômico. A justificativa foi apresentada na edição de janeiro do *Boletim Macrofiscal*, elaborado pela Secretaria de Política Econômica, que elevou a alta do PIB em 2019 para 1,12%.



Fonte: PNAD/IBGE

Solange Srouf, economista-chefe da gestora ARX Investimentos, trabalha com uma perspectiva de crescimento para este ano de 2,3% do PIB, com uma

“Os lançamentos bateram recordes em 2019 e vão gerar novos empregos nos próximos meses. Esperamos gerar cerca de 100.000 empregos, diretos e indiretos”

recuperação mais forte do consumo. “O que vai puxar o PIB este ano é a demanda doméstica, principalmente o consumo e, em segundo lugar, o investimento. Essa recuperação de 2,3% é gradual e deve se acelerar mais no segundo semestre de 2020. Em 2021 eu acho que o Brasil pode crescer em torno de 3%”, avalia a economista. Segundo Solange, a melhora no mercado de trabalho não é significati-

va, mas está se consolidando e isso também impulsiona a economia.

Em 2019, o mercado formal de trabalho fechou com um saldo positivo de 644 mil novos postos de trabalho, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O trabalho intermitente e o parcial responderam por cerca de 16,5% desse total. Na avaliação do economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, a participação mais expressiva de contratos mais flexíveis no trabalho com carteira assinada pode ser um reflexo da recuperação lenta da economia ao longo de 2019, mas pode indicar também uma mudança estrutural no mercado de trabalho.

“Além das questões conjunturais, o mercado de trabalho sofreu influência da reforma trabalhista, do surgimento de novas formas de trabalho e das inovações tecnológicas”, diz Thiago Xavier. “O nosso prognóstico para 2020 é que a economia vai crescer um pouco mais e num ritmo maior do que o ano passado. Um dos motivos que nos levam a traçar esse

cenário é que estamos com uma política monetária estimulativa, com a taxa básica de juros num patamar muito baixo e que deve se manter ao longo do ano”, opina o consultor.

Luca Klein, analista da consultoria 4E, estima que o número de vagas formais neste ano deve ser de, pelo menos, 854 mil, com um crescimento do PIB de 2,8%. “A perspectiva é positiva para economia brasileira em 2020. Devemos acelerar o crescimento do país e, consequentemente, dar maior robustez à geração de empregos. No entanto, há incertezas no radar que podem arrefecer essa expectativa, como no caso da dinâmica do setor externo e da capacidade do governo de dar continuidade à implementação da agenda de reformas”, pondera Klein.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirma que 2020 tem tudo para ser o ano da reação da indústria e da economia do país. “Os acordos comerciais entre Mercosul e União Europeia, em um cenário mais amplo de abertura comercial gradativa, melhoram ainda mais as perspectivas para o ano que está começando”, afirma o dirigente. Entretanto, para que o crescimento seja sustentado, pondera o presidente da CNI, é preciso fazer a reforma tributária, melhorar a infraestrutura e ampliar investimentos em tecnologia e inovação.

INDÚSTRIA VAI PUXAR ALTA

Pela projeção da CNI, a indústria vai puxar o crescimento do Brasil em 2020. O PIB deve crescer 2,5%, mais que o dobro do aumento estimado para 2019. Enquanto os setores industriais cresceram apenas 0,7% nos últimos 12 meses, a projeção para 2020 é um avanço de 2,8%. Segundo Robson Andrade, “os índices ganham mais relevância se levarmos em consideração que, a cada R\$ 1 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,40 na economia brasileira”. A título de comparação, o presidente da CNI lembra que na agricultura o valor gerado é de R\$ 1,66 e no setor de comércio e serviços, de R\$ 1,49. “Esse dado mostra o poder de alavancagem do setor industrial”,

▲
**Eduardo
Aroeira Almeida**

presidente da Associação
de Empresas do Mercado
Imobiliário do Distrito
Federal (Ademi-DF)

destaca Andrade.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o desemprego no Brasil fechou o último trimestre de 2019 em 11%, com um pequeno recuo em relação ao trimestre anterior, que estava em 11,8%, mas o trabalho informal atingiu o maior contingente desde 2016, com 41,1% da população ocupada. Em números, o país fechou o último trimestre do ano passado com 11,6 milhões de pessoas procurando emprego, número 7,1% abaixo do registrado no trimestre anterior, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).

Especialista em mercado de trabalho e economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Daniel Duque destaca que, no ano passado, pela primeira vez desde o início da crise, houve uma aceleração da queda da taxa de desemprego e, também, do número de desalentados ao mesmo tempo. “Houve um crescimento razoavelmente significativo da população ocupada, em torno de 1,5% em relação ao mesmo período anterior. No primeiro semestre foi até maior, chegou a 2,5%; uma taxa bastante expressiva, puxada pela informalidade e também pelo emprego formal”.

Para o economista Eduardo Zylberstajn, professor da FGV-SP, apesar de o ano ter começado com boas perspectivas, há muitas incertezas. “O problema é que nos últimos anos também começamos com boas perspectivas e eles não foram tão bons. No geral, entretanto, acho que está muito clara a retomada e a aceleração da economia e com isso espera-se essa retomada do emprego, principalmente do emprego formal, que são empregos melhores, que ainda estamos esperando desde que passou o pior momento da crise”, diz Zylberstajn, também pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP).

Uma dessas incertezas, segundo ele, é o impacto do coronavírus na economia da China e, conseqüentemente, na economia mundial. “A economia sempre está sujeita a choques, que nunca sabemos de onde

vêm, mas temos que estar preparados para algum percalço no meio do caminho, como o coronavírus. Os fundamentos da nossa economia, entretanto, parecem ser bastante sólidos para que essa recuperação prossiga”, avalia Zylberstajn.

BOA PERSPECTIVA PARA A CONSTRUÇÃO

Responsável pela geração de 71 mil novas vagas no mercado formal em 2019, o setor da construção civil é apontado pelos especialistas como um segmento que deve acelerar o ritmo de contratações em 2020. Odair Sena, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP), afirma que as perspectivas, sobretudo no setor imobiliário, são muito boas. Ele destaca que, no município de São Paulo, o número de lançamentos de prédios foi significativo no segundo semestre. “Como muitas obras estão sendo iniciadas, esperamos uma geração forte de emprego, começando a mexer com a renda nesse segmento na base da pirâmide”, prevê Sena, que aposta num efeito difusor dessas contratações sobre a atividade

▼
Para Solange Srour, da ARX Investimentos, demanda doméstica vai incentivar o crescimento



dade econômica em geral.

A expectativa também é positiva em Brasília. Para Eduardo Aroeira Almeida, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), “os lançamentos bateram recordes em 2019 e vão gerar novos empregos nos próximos meses”. Ele conta que, entre janeiro e novembro do ano passado, foram lançados 30 novos empreendimentos, com 2.903 unidades residenciais, mais que o dobro dos 14 empreendimentos no mesmo período de 2018, que somaram 1.711 unidades residenciais. “Esperamos gerar cerca de 100.000 empregos, diretos e indiretos”, diz.



▲ Para Luca Klein (4E), serão criados pelo menos 854 mil novos empregos em 2020

A redução do desemprego e o aumento dos postos de trabalho no mercado formal também reduziram o medo de perder emprego, conforme mostra a pesquisa *Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida*, divulgada pela CNI no começo de janeiro. O medo do desemprego voltou a cair em dezembro de 2019 (-2,1 pontos), reforçando a queda de 1,1 ponto observada em setembro, e retornou ao patamar alcançado após as eleições de 2018. Em dezembro

de 2018, o índice de medo do desemprego caiu 10,7 pontos devido ao otimismo com o resultado das eleições presidenciais. Apesar disso, o indicador ainda permanece 1,1 ponto acima do observado em dezembro de 2018 e 6,0 pontos acima da média histórica.

MERCADO INTERNO AQUECIDO

O setor de calçados, que no ano passado exportou US\$ 967 milhões, também prevê um desempenho ainda melhor neste ano. Haroldo Ferreira, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), projeta um crescimento entre 2% e 2,5% para o setor. Esse desempenho deve ser puxado pelo desempenho no mercado interno, que absorve 85% da produção de calçados, de mais de 950 milhões de pares por ano. “Acreditamos que o incremento das vendas no mercado doméstico deve impulsionar o resultado de 2020”, afirma Ferreira.

Um dos fatores para o otimismo com as vendas no mercado interno é o aumento na geração de vagas com carteira assinada, o que contribui para que os trabalhadores possam regularizar eventuais dívidas em atraso e voltar a comprar, seja com pagamento a vista ou financiado. Embora destaque que o cenário macroeconômico tenha melhorado, com a aprovação da reforma da Previdência, a flexibilização de normas trabalhistas e a queda na taxa de juros, Haroldo Ferreira ressalta que ainda há medidas a serem adotadas para estimular o setor produtivo e a economia brasileira.

Outro grande desafio para o ano, segundo ele, é a reforma tributária. “Essa tem que ser feita porque o Custo Brasil é um dos maiores problemas que o nosso país enfrenta, tanto para o consumo interno quanto nas exportações”, avalia. Segundo o presidente da Abicalçados, a reforma tributária, em um primeiro momento, “vai simplificar a vida do setor produtivo, já que não há expectativa de redução imediata dos impostos”.

Outro setor otimista é o farmacêutico. Responsável por gerar cerca de 100 mil empregos diretos em 2019, essa indústria

gerou um aumento de 10,7% no faturamento no mercado de varejo (farmácias) e uma alta de 5% no número de unidades vendidas, segundo dados do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). Se forem somados também os empregos indiretos, incluindo farmácias, hospitais, clínicas médicas e outros, foram gerados cerca de 700 mil empregos no ano passado, segundo os dados preliminares da entidade.

“Nosso setor atravessou muito bem a crise, mas percebemos que hoje há um maior aquecimento da economia”, diz Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma. Segundo ele, “um dos primeiros setores a se beneficiar desse reaquecimento é a indústria farmacêutica, porque as empresas começam a empregar, começam a colocar suas pessoas em planos de saúde, que começam a cuidar mais da saúde dos trabalhadores e de seus familiares”, explica Mussolini. Para o dirigente, o bom resultado de 2019 teve como fator preponderante o aquecimento do mercado interno.

“Se uma pessoa está desempregada, tem uma dor de cabeça, vai para um quarto escuro esperar a dor de cabeça passar. Se ela está empregada, ela sai do trabalho, passa na farmácia e compra um remédio para dor de cabeça, então isso movimenta bastante o nosso setor”, afirma Mussolini, que destaca o aumento das contratações formais no setor, com registro em carteira. “O Brasil está em um caminho excepcionalmente bom. Nós estamos surfando em uma onda muito boa e não podemos perdê-la”, enfatiza o dirigente.

“A solução do problema do Brasil está em duas reformas que ainda precisam ser feitas: a administrativa e a tributária. A reforma tributária é a bala de prata que vai estimular o desenvolvimento. A administrativa precisa ser feita porque o Estado precisa diminuir um pouco o seu tamanho”, defende Mussolini. A reforma da Previdência, segundo ele, “foi um passo importante para animar o investidor nacional e demonstrar ao internacional que o Brasil está trilhando um bom caminho para ter as contas públicas equilibradas”.

Outra mudança importante, de caráter

COMO A INDÚSTRIA LIDA COM A FALTA DE TRABALHADOR QUALIFICADO

PERCENTUAL DAS EMPRESAS EM QUE A FALTA DE TRABALHADOR QUALIFICADO É UM PROBLEMA E QUE TEM MECANISMOS PARA LIDAR COM O PROBLEMA

ITEM	2019
➔ REALIZA CAPACITAÇÕES NA PRÓPRIA EMPRESA	85%
➔ REALIZA CAPACITAÇÕES FORA DA EMPRESA (CURSOS EXTERNOS)	42%
➔ FORTALECE A POLÍTICA DE RETENÇÃO DO TRABALHADOR (SALÁRIOS E BENEFÍCIOS)	28%
➔ REALIZA PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	23%
➔ INVESTE EM AUTOMAÇÃO	23%
➔ TERCEIRIZA ETAPAS DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO	16%
➔ RECRUTA PROFISSIONAIS DE OUTRAS REGIÕES	15%
➔ TERCEIRIZA ETAPAS DO PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO	6%
➔ DESENVOLVE POLÍTICAS AGRESSIVAS DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE OUTRAS EMPRESAS	2%
➔ RECRUTA PROFISSIONAIS DE OUTROS PAÍSES	1%



Fonte: Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado 2020 (CNI)

mais estrutural, é do perfil do trabalhador. Daniel Duque, da FGV-RJ, destaca também a mudança no perfil do trabalhador. “O Brasil tem uma falta de mão de obra qualificada que já é crônica, o que tende a se manter ao longo do tempo e talvez possa até se agravar agora porque

“Quanto mais se investe em inovação, em automação de processos, e quanto mais tecnologia surge para substituir trabalhos mais mecânicos, maior fica a demanda pelos trabalhadores de maior qualificação”

▲
Eduardo Zylberstajn
professor da FGV-SP

estamos passando por um processo de mudança de demanda do mercado de trabalho. Hoje em dia temos trabalhadores que são demandados de forma muito diferente do que eram há 10 ou 20 anos. Estamos passando por um processo de aumento de tecnologia, robotização, automação e, portanto, precisamos cada vez mais de pessoas que saibam lidar com essas novas demandas e desafios”, avalia o pesquisador.

Segundo Duque, o Brasil sempre teve falta desse tipo de profissional mais qualificado, que trabalha de forma mais criativa. “Eu acho que isso pode ser um gargalo para o país em relação aos próximos anos, principalmente porque a gente continua não avançando nessa formação de mão de obra qualificada”, diz.

O diagnóstico de Felipe Morgado, gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), é semelhante. O especialista diz que as mudanças no mercado de trabalho exigem profissionais mais abertos, especialistas nas novas tecnologias e, ao mesmo tempo, que tenham competências

socioemocionais, também conhecidas como *soft skills*. “Eles terão que ser mais especialistas com o uso de novas tecnologias. O processo de desenvolvimento e especialização é maior porque as tarefas rotineiras tendem a ser automatizadas, então o que não vai ser automatizado são os processos mais complexos que exigem conhecimento maior. Por isso eles têm que estudar ao longo da vida”, diz Morgado.

Outro complicador é que a indústria tem perdido competitividade porque a crise econômica já dura muitos anos e, com isso, os trabalhadores que estão sem emprego acabam perdendo sua qualificação frente às novas tecnologias que vêm surgindo, o que pode gerar falta de trabalhadores especializados, lembra Solange Srouf, da ARX Investimentos.

DIFICULDADES PARA CONTRATAR

Pesquisa feita pela CNI mostra que esse risco já é realidade em alguns setores. “A falta de trabalhador qualificado continua sendo um problema para a indústria brasileira, apesar da disponibilidade de um grande número de pessoas desempregadas em decorrência da crise. No atual momento, em que a economia mostra sinais de recuperação, cerca de metade das indústrias de transformação e extrativas reporta dificuldades para contratar trabalhador com a qualificação necessária”, ressalta a pesquisa *Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado*.

Concluída em janeiro, a pesquisa mostra que o problema atinge todas as áreas das empresas, com impactos mais expressivos nas linhas de produção, pela falta de técnicos e de operadores qualificados. A falta de trabalhador qualificado impacta diretamente a competitividade das empresas. “Elas reportam ter dificuldade de aumentar a produtividade, bem como melhorar, ou mesmo manter, a qualidade dos produtos. Para lidar com o problema, a maioria das empresas promove a capacitação de seus trabalhadores, mas esbarra na baixa qualidade da educação básica e na falta de interesse dos trabalhadores em se qualificar”, destaca a pesquisa.

Essa formação educacional de baixa qualidade, segundo a pesquisa, dificulta o aprendizado e desestimula os trabalhadores a buscar qualificação. Em 2019, 50% das indústrias extrativas e de transformação declararam ter problemas com a falta de mão de obra qualificada. Conforme a pesquisa, “o percentual é alto quando se leva em conta que a economia está apenas iniciando a retomada e que a taxa de desocupação se encontra em torno de 12%”. O cenário, entretanto, é melhor que o de 2013, ano em que a taxa de desocupação era de cerca de 7% e que o percentual das indústrias que afirmavam ter problemas para encontrar mão de obra qualificada era de 66%.

Eduardo Zylberstajn, professor da FGV-SP, afirma que esse é o grande desafio do Brasil. “Quanto mais se investe em

inovação, em automação de processos, e quanto mais tecnologia surge para substituir trabalhos mais mecânicos, maior fica a demanda pelos trabalhadores de maior qualificação. Eventualmente isso pode estar na indústria, mas também pode estar em outros setores”, avalia. Para o pesquisador, é preciso melhorar a qualidade da educação brasileira como um todo.

Trata-se de uma opinião semelhante à de Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI, que acredita que a educação é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico do país. “Para a indústria voltar a crescer de maneira significativa, é imperativo melhorar a qualidade da educação básica no Brasil e ampliar a oferta de educação profissional alinhada às demandas do setor produtivo, visando ao desempenho da indústria no futuro”, diz Lucchesi. ■

FALTA DE MÃO DE OBRA É MAIOR NO SETOR DE BIOCOMBUSTÍVEIS

INDÚSTRIAS QUE AFIRMAM TER PROBLEMAS COM A FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, POR SETOR DE ATIVIDADE (%)

 BIOCOMBUSTÍVEIS	70%
 MÓVEIS	64%
 VESTUÁRIO	62%
 PRODUTOS DE BORRACHA	62%
 TÊXTEIS	60%
 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	60%

Fonte: Sondagem Especial
– Falta de Trabalhador
Qualificado 2020 (CNI)

ONDE ▶ ESTARÃO OS EMPREGOS

ÁREAS QUE MAIS DEMANDARÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Transversal	. 1,7 milhão
Metalmecânica	. 1,6 milhão
Construção	. 1,3 milhão
Logística e transporte	. 1,2 milhão
Alimentos	. 754 mil
Informática	. 528 mil
Eletroeletrônica	. 405 mil
Energia e telecomunicações	. 359 mil

ALGUMAS OCUPAÇÕES QUE MAIS CRESCERÃO ATÉ 2023

Condutores de processos robotizados

Técnicos em mecânica veicular

Engenheiros ambientais e afins

Pesquisadores de engenharia e tecnologia

Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves

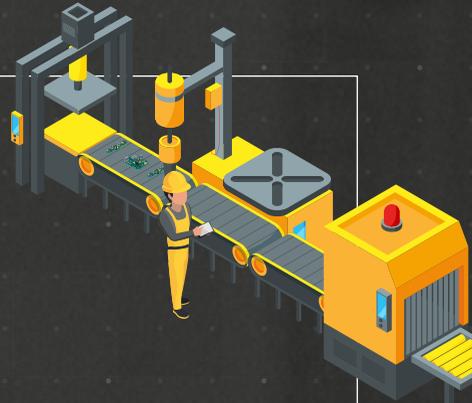
Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos

Engenheiros de alimentos e afins

Técnicos em eletromecânica

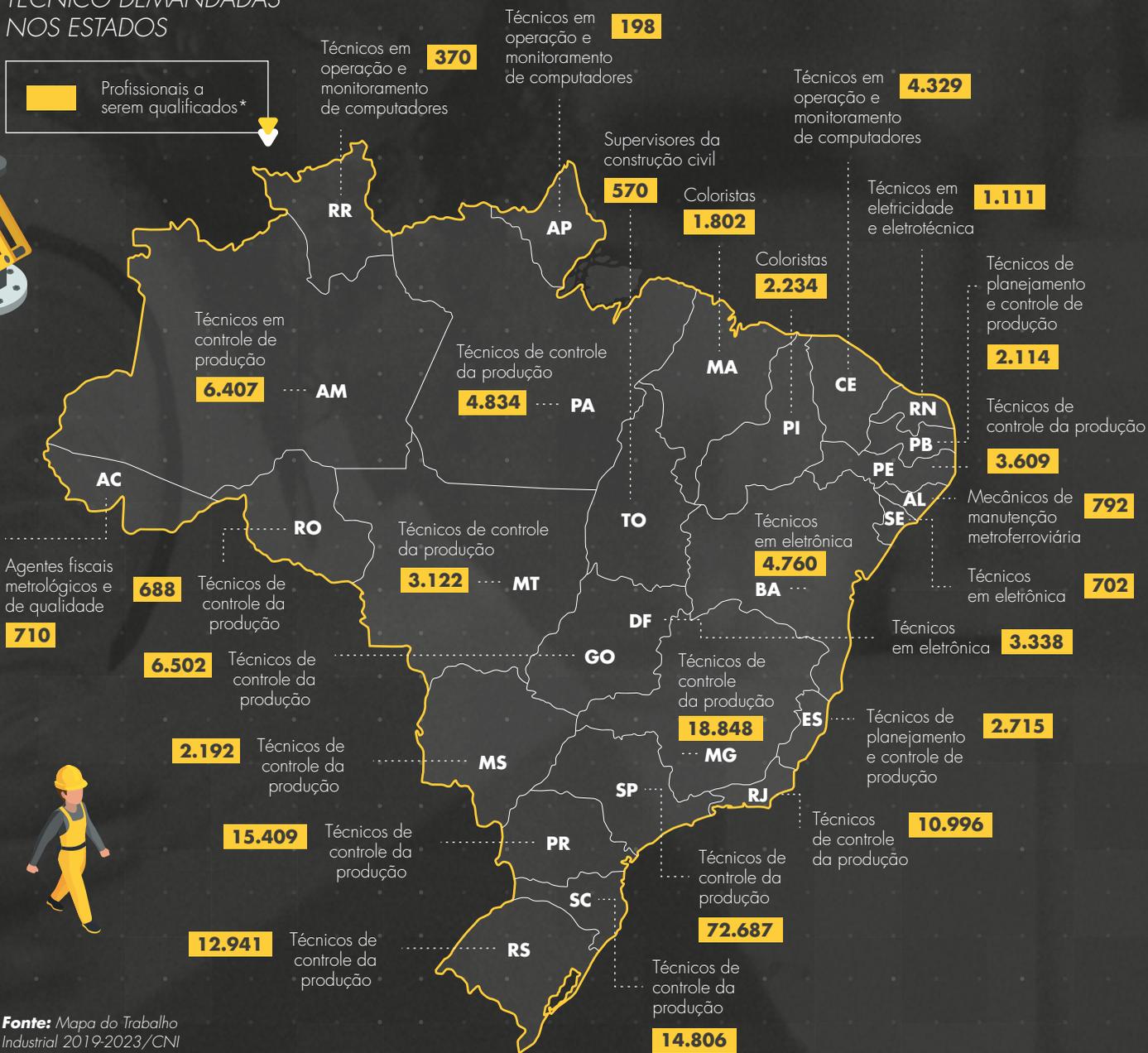
HABILIDADES MAIS DEMANDADAS

- Negociação
- Colaboração
- Criatividade
- Pensamento crítico
- Gestão de pessoas
- Orientação em servir
- Inteligência emocional
- Flexibilidade e adaptação
- Resolução de problemas complexos
- Capacidade de análise, julgamento e tomada de decisões



VEJA AS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO DEMANDADAS NOS ESTADOS

Fonte: Fórum Econômico Mundial



Fonte: Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023/CNI

Da sala de aula para a linha de produção

CURSOS DO SENAI BUSCAM CADA VEZ MAIS FORMAR TRABALHADORES QUE TENHAM LUGAR ASSEGURADO NA INDÚSTRIA, AO MONITORAR AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS E AS NECESSIDADES DO SETOR PRODUTIVO

CONHECIMENTO das novas tecnologias, como Big Data e Internet das Coisas, habilidade para gerenciar equipes, capacidade de avaliar, de forma crítica, novos problemas e aprendizado constante. Essas são algumas das habilidades que o mercado de trabalho exige dos profissionais que estão empregados e também daqueles que estão buscando um emprego, conforme estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Fórum Econômico Mundial.

Com a recuperação da economia, as profissões ligadas a tecnologia devem ser as mais procuradas nos próximos anos na área industrial, de acordo com o *Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023*, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para subsidiar sua oferta de cursos. Principal instituição de qualificação da mão de obra industrial no Brasil, o SENAI teve, em 2019, mais de 100 mil matrículas apenas nos dez cursos técnicos com maior procura, que têm duração média de 18 meses e enfoque em aulas práticas.



QUANTO GANHAM

OS PROFISSIONAIS DOS CURSOS
MAIS PROCURADOS EM 2019



CURSO	MÉDIA SALARIAL
Eletrotécnica	R\$ 4.888,00
Eletromecânica	R\$ 4.779,00
Mecânica	R\$ 4.535,00
Automação industrial	R\$ 9.653,00
Manutenção automotiva	R\$ 2.054,00
Segurança do trabalho	R\$ 3.707,00
Mecatrônica	R\$ 4.587,00
Eletroeletrônica	R\$ 2.996,00
Administração	R\$ 4.121,00
Edificações	R\$ 3.857,00

▼
A infraestrutura do SENAI, com equipamentos de ponta e mais de mil unidades fixas e móveis, enfatiza a formação profissional nas áreas de ponta de cada região do país



No ano passado, cursos nas áreas de eletrotécnica, eletromecânica, mecânica, automação industrial e manutenção automotiva foram os mais procurados por estudantes que se matricularam nas unidades do SENAI (587 fixas, 457 móveis e dois barcos-escola na região amazônica). Para Felipe Morgado, gerente-executivo de Educação Profissional do SENAI, as diferentes trajetórias de ensino oferecidas pela entidade são excelentes opções de qualificação para os quase 12 milhões de brasileiros que estão desempregados.

“Um aluno que conclui um curso do SENAI está 100% preparado para atuar no mercado de trabalho. Ele tem atividades teóricas e práticas, além da convivência com a empresa”, ressalta o executivo. Morgado acrescenta que o profissional que está empregado também precisará continuar estudando. “Novas tecnologias surgem constantemente e ele vai ter que se atualizar. O SENAI vem lançando uma série de cursos de aperfeiçoamento nessas tecnologias cada vez mais

requisitadas pelas empresas, como o uso de inteligência artificial, Big Data, aplicativos com Internet das Coisas e sensores”, explica o executivo.

Além de habilidades cognitivas, o SENAI tem incorporado em seu currículo a formação de *soft skills*, que são as competências que envolvem a personalidade e o comportamento dos profissionais, fatores que têm enorme influência na qualidade do relacionamento com superiores, subordinados e equipes. “O grande desafio da educação profissional é esse alinhamento da oferta e da demanda e não tem sentido fazer cursos de educação profissional sem estar alinhado à demanda do setor produtivo em todos os seus aspectos”, diz Morgado.

SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, afirma que diversos estudos internacionais mostram uma transformação muito grande em todos os modos de

COMO VAI
FUNCIONAR

O EMPREGA MAIS, PARCERIA DA CNI
COM O MINISTÉRIO DA ECONOMIA

trabalho e a indústria não escapa disso. “O que ocorre é um processo de substituição de mão de obra pouco qualificada por conta de tecnologia. Houve uma aceleração muito forte desse movimento, que afeta também outros setores”, diz Donato. Segundo ele, não há uma solução simples para melhorar essa situação, senão investir no aumento da qualidade do ensino básico.

Parcerias para ajudar a transformar a realidade educacional brasileira são importantes, como as firmadas recentemente entre a CNI e o governo federal. Uma delas, com o Ministério da Cidadania, tem como foco os jovens entre 18 e 29 anos que não estudam e nem trabalham. Pelo acordo fechado em 2019, a meta é atender, até 2022, 800 mil jovens com aulas de reforço de português e matemática em módulos de 100 horas, e com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais integradas a cursos de qualificação profissional de 200 horas, em média. O programa ajudará a promover a empregabilidade e a geração de renda

dessa parcela da população em situação de vulnerabilidade.

Serão contemplados os jovens inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal, com prioridade para os beneficiários do Bolsa Família. Em parceria com o Ministério da Economia, o SENAI também vai oferecer 1,3 milhão de vagas até 2022, em cursos que englobam conhecimentos tecnológicos fundamentais da indústria 4.0, como inteligência artificial, computação em nuvem e Big Data, além do curso de habilidades socioemocionais. Denominado *Emprega Mais*, os cursos de qualificação são destinados a desempregados, mas poderão ser feitos também pelos trabalhadores que já estão empregados e que precisam se requalificar.

As ofertas de cursos serão feitas pelas escolas do SENAI em cada cidade ou região. Para empresas que desejarem requalificar seus servidores, também será grande a oferta de cursos em formato EaD ou semipresencial. ■

> SENAI:
Serão oferecidas **1,3 milhão** de vagas até 2022

> PEQUENO PORTE:
Podem participar do programa para capacitar funcionários apenas micro, pequenas e médias empresas

> INDÚSTRIA:
Empresas precisam aderir ao programa, definindo quais cursos e quais trabalhadores irão participar

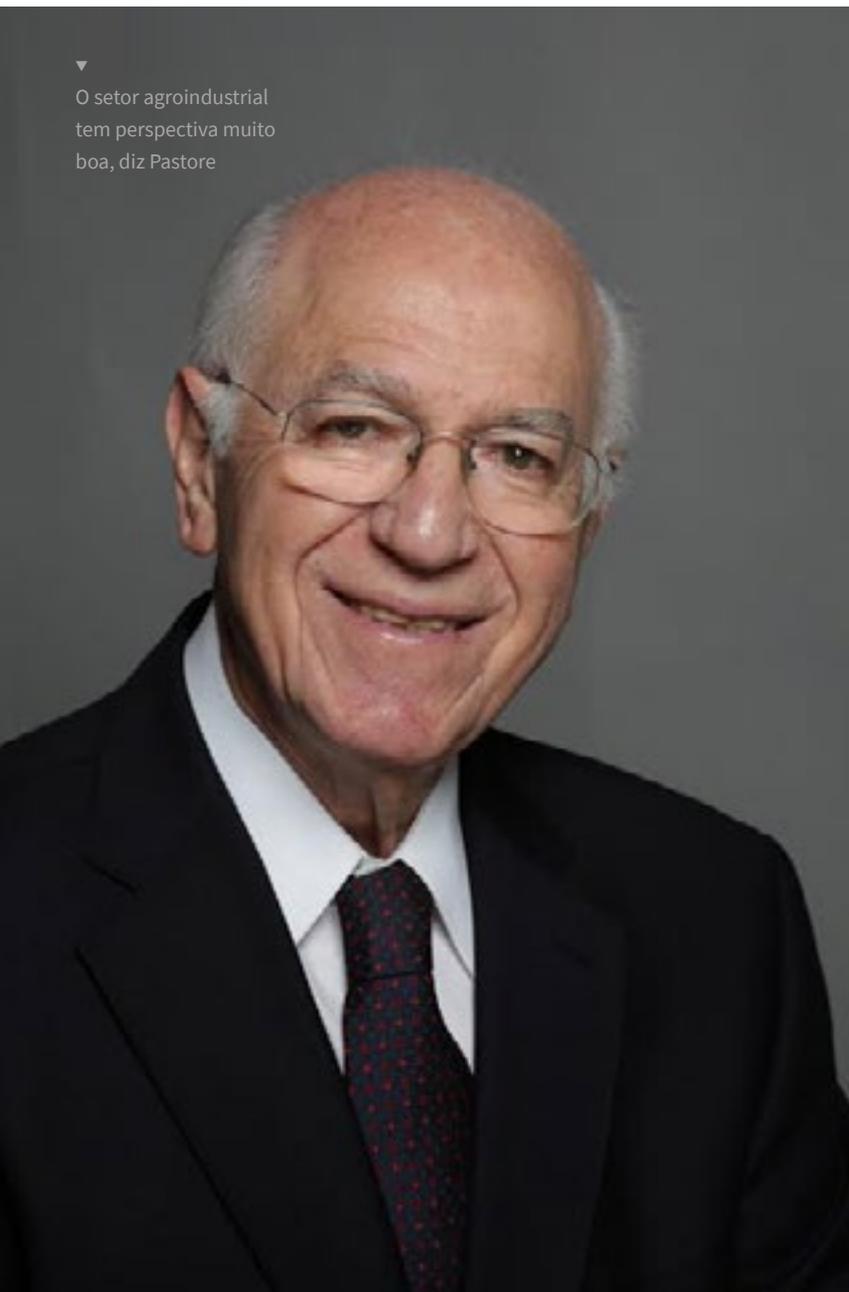
> GRANDE PORTE:
Grandes empresas, com perspectivas de ampliação do seu quadro de funcionários, poderão escolher modalidades de cursos do seu interesse e indicar pessoas desempregadas para futuras contratações

Fonte: SENAI/CNI

Vai ser lento

PROFESSOR DA USP E RENOMADO ESPECIALISTA EM ESTUDOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, JOSÉ PASTORE ESTÁ CAUTELOSAMENTE OTIMISTA SOBRE O ANO, DEPOIS DA LONGA CRISE

▼
O setor agroindustrial tem perspectiva muito boa, diz Pastore



APESAR de a economia apresentar um cenário melhor, com a retomada da confiança do empresariado, a geração de empregos em 2020 ainda será lenta, afirma o economista José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP) e especialista na área trabalhista. Para ter um impacto maior, diz ele, seriam necessários investimentos pesados em infraestrutura, empregos com salários maiores e a certeza de que haverá demanda. “A geração de empregos será mais gradual do que a gente gostaria que fosse”, resume Pastore, que tem mais de 20 livros publicados sobre o tema.

Diante dos sinais de aquecimento da economia, quais são as suas perspectivas para este ano e o impacto sobre o mercado de trabalho? O ano de 2020 deve ser melhor que o de 2019 do ponto de vista econômico. Há mais confiança do empresariado, os investimentos devem começar a voltar gradualmente e podemos ter um PIB melhor, mas ninguém consegue, ainda, assinar embaixo. Todo começo de ano estamos fazendo a mesma previsão e acontece alguma coisa no meio que altera essa expectativa inicial. Neste ano, temos eleições municipais, que costumam ser um elemento de impulso para a economia, principalmente do setor de serviços, pequenas indústrias e comércio.

Mas esse impulso terá impacto sobre o emprego? A geração de empregos será mais gradual do que a gente gostaria que fosse. Para ter um impacto profundo e rápido, precisaríamos ter algumas coisas que dificilmente irão acontecer. Número um: investimentos bem pesados em infraestrutura. Talvez o Brasil consiga fazer algumas

privatizações, algumas concessões, mas os investimentos em si devem ficar para 2021. Número dois: comércio e serviços, que sempre empregam mais, têm apresentado um problema, que é empregar mais gente com salário muito baixo. E quando esses setores empregam pessoas com salário muito baixo, a massa salarial não cresce tanto quanto a gente gostaria e isso acaba tendo um impacto negativo no próprio crescimento do emprego. Acho que o emprego cresceria mais se as vagas geradas hoje tivessem salários maiores. A massa salarial cresceu em 2019, mas para que tivesse um impacto relevante precisaria ter muita gente empregada em bons empregos, empregos de renda boa. Isso está aumentando, mas ainda aquém do que a gente precisa para enfrentar os problemas crônicos do mercado de trabalho. O terceiro fator é o seguinte: mesmo tendo a melhoria na confiança do empresário, sempre numa saída de uma recessão tão prolongada e tão profunda como foi a do Brasil, essa saída é feita com muita cautela.

Como assim? As empresas só vão empregar formalmente quando tiverem certeza de que haverá demanda para o seu produto ou serviço. Acho que durante mais um tempo, pelo menos um semestre, deve continuar predominando o trabalho informal. Embora as estatísticas estejam mostrando que essa modalidade de trabalho está arrefecendo um pouco, isso não significa a formalização dos vínculos de trabalho. Acho que esse quadro vai se arrastar pelo primeiro semestre e talvez entrar pelo segundo, com muito trabalho por conta própria. E tem ainda o efeito da tecnologia, que cria oportunidades para uns, mas ceifa outros.

Essa mudança no perfil do profissional contratado pode gerar falta de mão de obra qualificada? Provavelmente vamos ter um pouco de cada inferno. Vamos ter o inferno da falta de mão de obra qualificada e o inferno do excesso de mão de obra que não consegue se recolocar. O impacto tecnológico tem repercussões muito diferenciadas. Se você pegar as tecnologias de ponta, que estão gerando uma demanda muito grande por profissionais especializados, elas abrigam um grupo pequeno de pessoas, que é privilegiado porque a demanda é maior que a oferta. Mas, por outro lado, tem a geração que se beneficia de muitas oportunidades de emprego, como os aplicativos de entrega de comida, nas quais a oferta é muito maior que a demanda e geram trabalhadores de qualidade muito ruim.

Em relação à indústria, o que esperar em 2020? Tenho muita confiança no agronegócio. Acho que vai continuar pujante porque as tecnologias reduzem emprego na agricultura, mas aumentam nas cidades e nas regiões onde o agronegócio prospera. O agroindustrial tem uma perspectiva muito boa. Ainda dentro da indústria, tudo aquilo que está ligado a bens de consumo tem maior perspectiva de crescimento, como os setores de alimentação, de bebidas e vestuário simples. Já o setor de bens de maior valor, como geladeiras, deve demorar um pouco mais em função dos problemas na Argentina. Na construção civil, apesar dos inúmeros lançamentos, a geração de emprego tem sido pequena, talvez porque lançaram no ano passado para construir neste ano. ■

Indústria e



SESI É FINALISTA DE PRÊMIO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE

A Escola Sesi Djalma Pessoa, de Salvador, foi a única instituição de ensino médio do Brasil selecionada entre os finalistas do *Prêmio Zayed de Sustentabilidade*. Ela concorreu com o *Programa de Iniciação Científica em Tecnologias Verdes*, que proporciona aos estudantes a construção de conhecimento em educação ambiental, a partir da experimentação prática e prototipagem de projetos autorais de pesquisa e engenharia aplicada em tecnologias sustentáveis. A vencedora, uma escola da Colômbia, foi anunciada no dia 13 de janeiro.

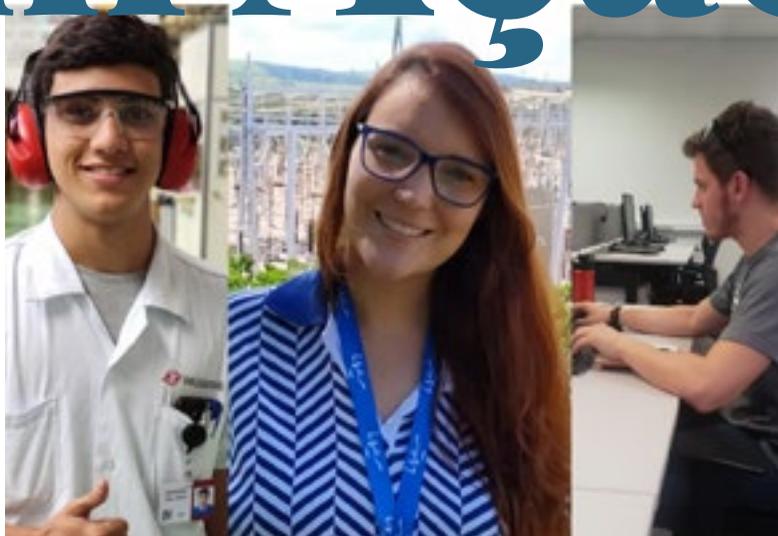
Revista Indústria Brasileira ▶ fevereiro, 2020

SEMINÁRIO DÁ INÍCIO À ELABORAÇÃO DA 25ª AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

Representantes de 65 associações setoriais e das 27 federações da indústria participaram, nos dias 4 e 5 de fevereiro, na sede da CNI, em Brasília, do *Seminário RedIndústria*. No encontro, eles construíram a 25ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria*, documento que reúne propostas que estão em tramitação no Congresso Nacional consideradas estratégicas pela indústria. Em 2019, a *Agenda Legislativa* reuniu 123 proposições, sendo 14 delas parte da Pauta Mínima, o conjunto de temas urgentes e de maior impacto sobre o ambiente de negócios.



m Ação



ESTAGIÁRIOS INOVADORES CONQUISTAM PRÊMIO IEL DE ESTÁGIO 2019

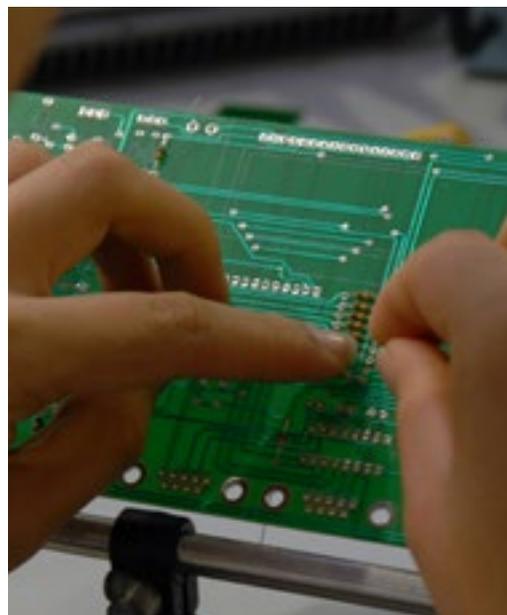
Inovar já no início da carreira. Foi o que fizeram os estudantes Brisa Ribeiro, Raul César Costa e Arthur Henrique Goltz. Eles desenvolveram projetos inovadores nas empresas em que fazem estágio: uma plataforma de ensino técnico a distância na Concessionária de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; uma solução que evita choque de dispositivos na indústria automotiva Musashi do Brasil; e um software de gerenciamento de processos na Brose Brasil. O reconhecimento: eles venceram o *Prêmio IEL de Estágio 2019*.

BRASÍLIA TERÁ CENTRO DE VISITAÇÃO INTERATIVA SOBRE CIÊNCIA E INOVAÇÃO

O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vão inaugurar um espaço interativo dedicado à arte, ciência e inovação até 2022, em Brasília. O espaço SESI SENAI do Futuro funcionará no centro da capital. “O maior objetivo dessa iniciativa pioneira será despertar o interesse das pessoas por ciência e tecnologia a partir de experiências, vivências”, explica o presidente da CNI, Robson Andrade. A implementação do espaço terá apoio do Exploratorium, renomado centro de São Francisco.

CNI E ANATEL DEBATEM INFRAESTRUTURA E POLÍTICA INDUSTRIAL

Representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) reuniram-se, no dia 14 de janeiro, em Brasília, para debater temas como conectividade, indústria 4.0, tecnologia 5G e certificação de produtos. No encontro, a CNI destacou, entre outras questões, a importância de se antecipar a tecnologia 5G, tendo em vista que os novos investimentos no setor industrial já contemplam premissas de automação e operações que exigem conectividade em alto desempenho.



▼
O ingresso na organização não garante o desenvolvimento do país, mas pode acelerar muito a melhoria do ambiente de negócios e o fluxo de investimentos





A caminho da OCDE

ESPECIALISTAS AVALIAM COMO MUITO POSITIVA A ADEÇÃO DO PAÍS À ENTIDADE, QUE JÁ TEM 36 MEMBROS, ENTRE OS QUAIS O VIZINHO CHILE

A ENTRADA do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ganhou fôlego no início de 2020, quando a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília confirmou ter enviado carta à entidade oficializando seu apoio para que o Brasil seja o próximo a iniciar o processo de adesão à entidade.

A medida, tida como resultado da aproximação entre os governos brasileiro e norte-americano, em 2019, é considerada estratégica para a priorização de um país no processo de adesão à organização. Além do Brasil, Argentina, Romênia, Peru, Croácia e Bulgária também almejam se juntar aos atuais 36 membros da entidade.

“A participação na OCDE traria muitos benefícios para a melhoria do ambiente de negócios, pois o Brasil se comprometeria a dar um *upgrade* no arcabouço normativo e de políticas para dar segurança jurídica aos investidores”, avalia a gerente de Política Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri. Para ela, “a aceitação do país funciona como um selo de qualidade”.



Fonte: CNI

Também entusiasta da adesão do Brasil, o senador Nelsinho Trad (PSD/MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, destaca a relevância da metodologia *peer review* (revisão entre os pares) para o desenvolvimento dos países-membros. “Há cobrança permanente entre os pares dos padrões de regulamentação e boa governança. Nessas condições, haverá melhor inserção do Brasil nos fluxos dinâmicos internacionais de comércio e de investimentos”, prevê.

CANDIDATO NATURAL

Além do apoio dos Estados Unidos, outro fator que coloca o Brasil à frente dos demais concorrentes é a grande adesão do país aos instrumentos da OCDE. Dos 254 instrumentos existentes, o Brasil já aderiu a 80 deles (31%) e solicitou adesão a outros 65. Nesse ranking, a Argentina aparece em segundo lugar, com 19%.

Embora não exista uma lista fechada de instrumentos obrigatórios para integrar o grupo, a gerente da CNI explica que, em 2017, a organização estabeleceu o que foi chamado de *Guia de Acesso*. O documento tem como objetivo avaliar os países em relação a três aspectos: estado de

“prontidão”; posição em relação aos valores fundamentais da entidade; e grau de comprometimento político com relação às obrigações de um membro da OCDE.

Dos sete instrumentos obrigatórios indicados no documento, o Brasil já assinou quatro e está em negociação para a assinatura de outros dois. Além disso, já cumpriu as duas iniciativas e a *peer review*, que também são obrigatórias. “O país também está muito bem posicionado em relação a essas exigências. Claro que aderir é o primeiro passo, depois é preciso implementar os instrumentos da maneira como estão previstos”, avalia.

Em entrevista à BBC News Brasil, o representante do Brasil na OCDE, embaixador Carlos Márcio Cozendey, destacou a qualidade dos estudos produzidos pela entidade, capazes de orientar os membros na melhoria dos seus indicadores sociais e econômicos. “A OCDE faz um trabalho de assistência, comparação e aperfeiçoamento de políticas públicas do qual é muito bom poder participar”.

Professor do Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB), Eduardo Viola também lembra que a combinação de segurança de mercado com outros requisitos exigidos pela OCDE, como democracia,

combate à corrupção e proteção ambiental, são características que resultam em um ambiente favorável à prosperidade e impulso aos negócios.

Viola ressalta, ainda, que, embora a maior parte do grupo seja de países ricos, nem todos desfrutam dessa condição. “Há candidatos a ricos e também países que enriqueceram depois da entrada na organização, como a Coreia do Sul”. Ele pondera, contudo, que a entrada na entidade não garante prosperidade ao Brasil. “Isso vai depender de transformações fundamentais que precisam acontecer no país, como as reformas tributária e política”.

QUESTIONAMENTOS

A presença efetiva do Brasil na OCDE, entretanto, não é unanimidade. Entre as críticas estão as de que a organização é um “clube de ricos” e de que o país estaria abrindo mão do seu protagonismo junto aos países em desenvolvimento. Outro ponto diz respeito à renúncia ao tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca do apoio dos Estados Unidos.

Para a gerente de Política Comercial da CNI, essas inquietações não se sustentam. Constanza lembra que o processo de adesão é demorado exatamente porque considera o ponto de partida de cada país. “Há, na natureza da entidade, vocação para abranger países com menor grau de desenvolvimento. É o caso, por exemplo, do Chile, que já é membro, e da Costa Rica e da Colômbia, que estão em processo de adesão”.

Ela ressalta, ainda, que a agenda da OCDE é muito rica para o debate ficar focado em política externa. “A gente perde o foco do ganho do país como um todo”. E completa: “é ao lado dos bons que você fica melhor”.

Também enfático sobre as vantagens da adesão, Eduardo Viola, da UnB, garante que a perda das vantagens no âmbito da OMC é muito pequena em comparação aos ganhos da entrada na OCDE. “Com a entrada na organização, o país se torna seguro jurídica e contratualmente, o que resolveria parte dos problemas em relação à atração de investimentos estrangeiros”.

Sobre o papel desempenhado pelo país, Viola também é taxativo: “o Brasil não é mais protagonista do mundo em desenvolvimento”. De acordo com ele, o país retrocedeu e perdeu a relevância que já teve um dia. “Quando ocorreu a grande valorização das *commodities*, foi criada uma expectativa ilusória sobre o Brasil, mas o momento não foi aproveitado para aumentar a produtividade e a competitividade sistêmicas da economia brasileira”, lamenta.

Para o professor, as chances de o Brasil ser realmente protagonista estão vinculadas à sua admissão na OCDE. “Se, ao entrar na entidade, o país fizer as coisas da forma correta, aumentando a produtividade e melhorando a educação, aí sim pode novamente ganhar influência no mundo”. ■

Fonte: CNI

Guia de acesso para países candidatos: o Brasil já fez quase todo o dever de casa

LEGENDA:



CUMPRIDO

EM NEGOCIAÇÃO



AINDA NÃO NEGOCIADO

7 instrumentos obrigatórios

Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais

Recomendação sobre os Princípios para Formulação de Políticas da Internet

Princípios de Governança Corporativa da OCDE

Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais

Código de Liberalização dos Movimentos de Capitais **EM NEGOCIAÇÃO**

Código de Liberalização de Operações Correntes Intangíveis **EM NEGOCIAÇÃO**

Boas Práticas de Estatística

3 iniciativas obrigatórias

Fórum Global sobre Troca de Informações e Transparência para Fins Fiscais

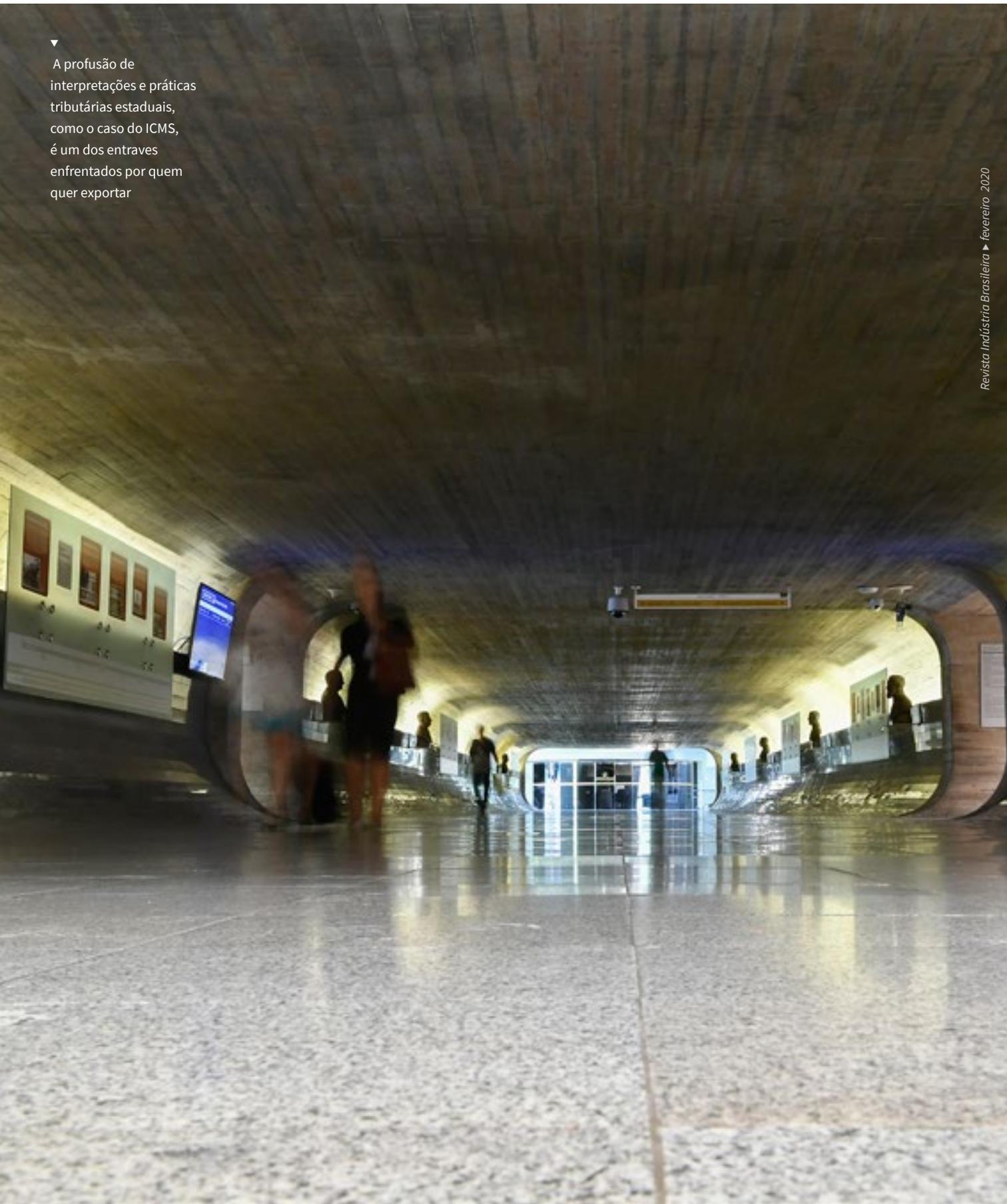
Estrutura Inclusiva da OCDE/G20 sobre Medidas de Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (Iniciativa BEPS)

Uma *peer review* obrigatória

▼ Competitividade



A profusão de interpretações e práticas tributárias estaduais, como o caso do ICMS, é um dos entraves enfrentados por quem quer exportar





Uma luz no fim do túnel

CONGRESSO DISCUTE REFORMA TRIBUTÁRIA, QUE PODE REVER ERROS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO QUE DIFICULTAM A INSERÇÃO DO SETOR PRODUTIVO NO MERCADO INTERNACIONAL, MAS TAMBÉM ANALISA PROPOSTAS QUE AGRAVAM AINDA MAIS ESSA REALIDADE

A DIFICULDADE de recuperar créditos acumulados e a tributação indevida das exportações fazem, há anos, com que empresas brasileiras percam em competitividade no mercado externo. O setor produtivo, entretanto, acredita que a reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional, pode solucionar grande parte desses complicados entraves com inovações regulatórias simples.

“Esse ano, iremos acompanhar de perto a reforma tributária”, informa a gerente de Política Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri. Segundo ela, “se a proposta for ambiciosa o suficiente, essa será a solução estrutural para os problemas do comércio exterior, uma das áreas mais prejudicadas pela peculiaridade do sistema tributário brasileiro”.

A depender da forma final do texto, será solucionado um dos principais gargalos da área: a dificuldade de compensar

“A partir do momento em que você incide tributo sobre a exportação de serviços ou materiais, você desestimula investimentos no Brasil, pois, nos outros países, não há esse tipo de tributação”

créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações.

Pesquisa realizada pela CNI constatou que empresas exportadoras enfrentam, de fato, dificuldades para recuperá-los. Os dez maiores estados exportadores brasileiros colocam limitações indevidas para as empresas compensarem os créditos. Governos estaduais impõem condições para o uso dos créditos tanto no pagamento das dívidas quanto na transferência a ou-

tras empresas, em confronto com a legislação. São restrições que não deveriam ser aplicadas, pois, segundo a Constituição Federal e outras normativas, não deve existir um tributo na exportação.

“A interpretação da Lei Kandir permite que estados coloquem essas limitações indevidas, fazendo com que o Brasil des-toe bastante em relação a outros países”, esclarece Negri.

A Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996), bastante ampla, trata de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços. A avaliação é de que ela precisa ser aprimorada. “A CNI, juntamente com parlamentares, tem trabalhado numa proposta para fazer ajustes no texto da Lei Kandir, para que os estados não consigam aplicar essas limitações indevidas”, esclarece a analista de Políticas e Indústria da CNI, Alessandra Matos.

A título de comparação, na Europa é possível recuperar, de forma fácil e rápida, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). No México e na Inglaterra, em menos

de 20 dias, o contribuinte consegue pegar de volta todo o imposto que pagou na importação se conseguir comprovar que o produto foi exportado. Por aqui, o contribuinte não consegue nenhuma restituição.

REGIMES ESPECIAIS

Nesse sentido, especialistas avaliam que é importante manter regimes aduaneiros especiais, como *drawback*, *recof* e *recof-sped*, que suspendem tributos desde a importação até a exportação. São alternativas para que o contribuinte não fique com um saldo credor de impostos que, na prática, é difícil de ser restituído.

“Os regimes especiais para os exportadores são fundamentais diante de toda a complexidade de uma carga tributária alta e da falta de mecanismo real que o governo tem em devolver os tributos”, analisa Carlos Lopes Ramos, diretor tributário da empresa digital industrial GE Celma, membro do *Fórum de Competitividade das Exportações* (FCE). O executivo diz que “a promessa da reforma tributária é que regimes aduaneiros especiais sejam garantidos para os exportadores, para eliminar esse custo financeiro que, na prática, pode tornar a operação de exportador inviável”.

Além da manutenção dos regimes especiais, é preciso aprimorar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que devolve parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente. Porém, é preciso elevar a sua alíquota para dos atuais zero para 3%, enquanto não for aprovada a reforma tributária.

Outro desafio da área é a diminuição da alíquota do imposto de renda para pessoa jurídica, que hoje é de, aproximadamente, 34%, uma das mais altas do mundo. “A expectativa é que ele passe para algo próximo a 20% e deixe o país mais próximo do comportamento de outros países do *top line* de competitividade”, avalia Carlos Ramos. “A partir do momento em que você incide tributo sobre a exportação de serviços ou materiais, você desestimula investimentos no Brasil, pois, nos outros países, não há esse tipo de tributação”, opina o diretor da GE Celma.

▲
Carlos Lopes Ramos

diretor Tributário
da GE Celma

Por que
não tributar
adicionalmente
as exportações
do Brasil

(Estimativas de impacto
se aprovadas as PECs
42/2019 e 201/2019)



A tributação de **13%** sobre as exportações de bens primários e semielaborados reduzirá em **5%** as exportações totais do Brasil, o equivalente a **R\$ 43 bilhões**;



Essa queda reduzirá em **R\$ 58,7 bilhões** o PIB brasileiro;



Com impacto em **728 mil postos** de trabalho;



Com redução de **R\$ 1,5 bilhão** de massa salarial; e



Com diminuição de **R\$ 22,4 bilhões** no consumo.

Fonte: LCA Consultores
e CNI

Atualmente, estão em discussão no âmbito do Legislativo duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que propõem voltar a tributar as exportações. Vistas como um verdadeiro retrocesso, as PECs 42/2019 e 201/2019, pretendem aplicar o ICMS às exportações brasileiras de bens primários, semielaborados e de serviços. Caso sejam aprovadas pelo Congresso, haverá impacto negativo para a economia, além de uma piora no sistema tributário brasileiro.

RETROCESSOS

De acordo com estudo da LCA Consultores e da CNI, com base em simulação por meio do Modelo de Equilíbrio Geral Computável, a tributação de 13% de ICMS sobre as exportações iria diminuir em 5% as exportações totais do Brasil (uma perda de R\$ 43 bilhões), reduzindo em R\$ 58,7 bilhões o PIB brasileiro e retirando 728 mil postos de trabalho. Haveria, ainda, uma diminuição de R\$ 1,5 bilhão da massa salarial e de R\$ 22,4 bilhões no consumo. Além disso, uma menor exportação significaria menor produção para vários outros setores da economia, inclusive não exportadores.

Outra prioridade da área do comércio exterior é aprimorar o conceito de exportação de serviços para reduzir a insegurança jurídica e a discricionariedade na interpretação da legislação. Os mercados de serviços e de bens já estão bastante interligados, e, muitas vezes, é difícil diferenciá-los. A Lei Complementar 116/2019 não conceitua a exportação de serviços de forma clara e, como consequência, há diferentes interpretações do fisco municipal e uma tributação indevida das exportações.

Outra questão que merece atenção é a importação de serviços e a redução da carga tributária, incluindo a não incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre remessas ao exterior relacionadas à transferência de tecnologia. “Às vezes, a empresa importa o serviço e não está transferindo uma tecnologia de fato, mas, na prática, pelo arcabouço brasileiro, é considerado como se estivesse. São tributos que criam muitos efeitos negativos perversos para a indústria, pois ela importa muitos serviços, sobretudo a indústria de alto valor agregado”, explica Constanza Negri, da CNI. ■



Graduais, horizontais e transparentes

ESSAS SÃO AS CHAVES PARA FIRMAR ACORDOS COMERCIAIS BEM-SUCEDIDOS, SEGUNDO DAN IOSCHPE, PRESIDENTE DO IEDI

▲ O presidente do IEDI não espera uma redução do “custo Brasil” em 2020

UM DOS mais atentos especialistas em comércio exterior no país, Dan Ioschpe tem MBA pela Tuck School of Business (EUA) e, no ano passado, assumiu a presidência do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), *think tank* com sede em São Paulo, fundado em 1989 para atuar na formulação de uma política industrial mais eficiente. O executivo, ex-presidente da fabricante de rodas automotivas Ioschpe-Maxion, vê com otimismo o novo ciclo de abertura comercial do país, iniciado em 2019, mas alerta para a importância do gradualismo. “Na medida em que você tem instrumentos acordados e que toda a cadeia de valor está razoavelmente na mesma velocidade de integração, tudo tende a funcionar melhor”, defende.

Como o senhor avalia a atual política comercial do país e seus desdobramentos para o setor industrial? A integração do Brasil com o mundo é muito favorável, inclusive o país estava atrasado nessa agenda. A adoção de acordos comerciais é uma prática bastante positiva, desde que não sejam contratos unilaterais. Isso porque, para que sejam vantajosos, esses pactos precisam

atender a três critérios essenciais: devem ser adotados de forma gradual, respeitando a velocidade de integração e a melhoria das condições competitivas; devem ser horizontais, para que não sejam eleitos vencedores e vencidos; e devem ser transparentes, para que todos os agentes econômicos tenham o claro entendimento da política e de seus contornos.

Em relação à tendência de redução das medidas protecionistas, tem havido equilíbrio entre a abertura comercial e a defesa de setores sensíveis? Como acreditamos na horizontalidade, não vemos muito essa lógica setorial. Na medida em que você tem instrumentos acordados e que toda a cadeia de valor está razoavelmente na mesma velocidade de integração, tudo tende a funcionar melhor. A busca por arranjos diferenciados, especialmente dentro de uma mesma cadeia, acaba por eleger vencedores e vencidos. Por isso, a importância do gradualismo, já que o “custo Brasil” não se resolve do dia para a noite, e da horizontalidade.

Segundo o Ipea, até novembro de 2019 o consumo de bens importados no país

cresceu 3,6% ante o recuo de 0,6% de bens nacionais. Quais medidas são necessárias para tornar a indústria brasileira mais produtiva e competitiva tanto para o mercado externo quanto para o interno? Da porta para dentro existe bastante competitividade. Contudo, quando envolvemos aspectos como infraestrutura, logística, tributação e segurança jurídica, fica evidenciada a grave ineficiência brasileira em relação a boa parte do mundo. De modo geral, a solução para o aumento da competitividade global é sistêmica e está relacionada ao avanço das pautas da modernização da indústria e do combate ao “custo Brasil”.

O Ipea também constatou que, até novembro de 2019, a produção industrial do país havia recuado em 1,1%. A que o senhor atribui esse desempenho? Acredito que o principal fator seja a crise da Argentina, destino importante do produto industrial brasileiro, que teve redução muito expressiva na sua demanda doméstica. No setor automotivo, por exemplo, a demanda caiu em 50%. Fora isso, a indústria brasileira tem apresentado pequenos avanços nos últimos tempos, mas tem avançado.

Para 2020, quais são as expectativas do setor industrial e em que medida elas dialogam com a política comercial do país? A aposta é em um crescimento mais robusto do que o verificado em 2019. Ao menos aparentemente, o setor da construção civil terá um avanço mais significativo, puxando a atividade industrial, bem como a geração de emprego e de renda. Em relação ao cenário das exportações, a questão da Argentina não deve ter uma alteração favorável, então seguiríamos tendo esse freio, mas com um crescimento doméstico mais significativo em relação ao verificado no ano passado.

Algum espaço para resolvermos questões estruturais como o “custo Brasil” neste ano? Sobre o “custo Brasil”, não creio que aconteçam alterações relevantes a curto prazo. Se pegarmos como exemplo a questão tributária, os projetos em tramitação preveem transições de cerca de dez anos. Sendo assim, espero que a política de integração com o mundo prospere respeitando essas circunstâncias e que o país siga avançando na confecção de acordos comerciais e garantindo, em todos os processos, o gradualismo, a horizontalidade e a transparência. ■

Indústria brasileira perde participação no mercado mundial

HOUVE QUEDA NAS EXPORTAÇÕES E NA PRODUÇÃO MUNDIAL EM 2018, SEGUNDO O MAIS RECENTE ESTUDO GLOBAL, COM DADOS DA OCDE E DA UNIDO

APÓS dois anos de recuperação, a indústria de transformação brasileira perdeu espaço no mercado mundial em 2018. É o que mostra o estudo *Desempenho da Indústria no Mundo*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido).

A participação das exportações da indústria de transformação caiu de 0,93%, em 2017, para 0,90%, em 2018. O setor ficou menos competitivo também com base no seu desempenho na produção, empatando com a Indonésia no 9º lugar no ranking

PARTICIPAÇÃO DA
INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO NO
MUNDO

global. A participação do Brasil no valor adicionado da indústria de transformação mundial caiu pelo quinto ano consecutivo, de 1,90%, em 2017, para 1,83%, em 2018.

“A perda de importância da indústria brasileira na produção industrial mundial é uma tendência de longo prazo, mas se intensificou nos últimos anos em razão da crise interna, uma das mais severas já ocorridas”, explica a economista da CNI Samantha Cunha. Segundo ela, “problemas estruturais antigos prejudicam nossa competitividade, como a complexidade do sistema tributário brasileiro, que gera insegurança jurídica e aumenta os custos das empresas”.

CENÁRIO EXTERNO

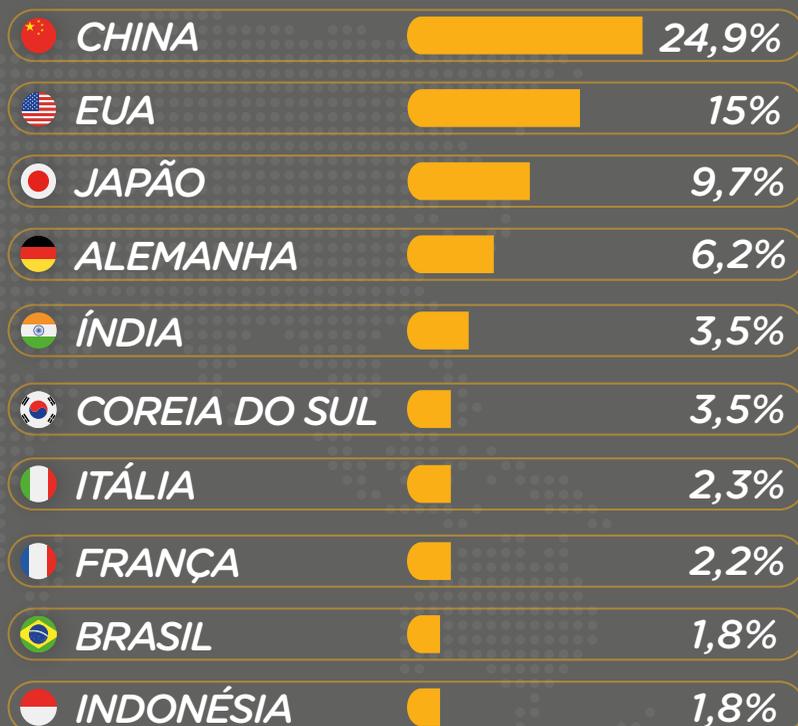
No front internacional, a crise na Argentina e a volatilidade cambial também ajudam a explicar o baixo desempenho das exportações brasileiras, segundo o estudo da CNI. O país vizinho é o segundo principal destino das exportações da indústria de transformação brasileira e vem

enfrentando dificuldades para sustentar a atividade econômica.

As tensões comerciais entre Estados Unidos e China e o aumento de barreiras comerciais também levaram à desaceleração do comércio global, diz o estudo. A taxa de crescimento do comércio mundial de bens, em volume, caiu de 5,8%, em 2017, para 3,7%, em 2018, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para 2019, a instituição projeta crescimento de apenas 0,9% no comércio mundial de bens.

Em 2018, houve, ainda, uma forte volatilidade cambial, ligada às incertezas em torno das eleições presidenciais no Brasil e à política de aumento de juros nos Estados Unidos.

Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Reino Unido e Argentina também perderam participação nas exportações da indústria de transformação mundial, entre 2017 e 2018, considerando apenas a lista dos 11 principais parceiros comerciais do Brasil. A China teve o melhor desempenho: respondeu por 15,63% das exportações do segmento. ■



◀ Fonte: Elaborado pela CNI, com base em estatísticas da UNIDO.

Termômetro

CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO É A MAIOR DESDE JUNHO DE 2010

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) subiu para 65,3 pontos em janeiro e está 10,5 pontos acima da média histórica. “Os empresários estão mais otimistas porque percebem melhoras no ambiente de negócios”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo. Os juros e a inflação estão menores e há um aumento da demanda e da produção. Desde o fim de 2019, há uma melhora da atividade.



▲ Fonte: CNI / Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) - Janeiro de 2020. Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam maior confiança.

MAIS OTIMISMO, MAIS DISPOSIÇÃO PARA INVESTIR

Depois de quatro elevações sucessivas, o índice de intenção de investimento dos empresários alcançou o maior nível dos últimos seis anos em janeiro. Todos os indicadores de expectativas da *Sondagem Industrial*, da CNI, estão acima dos 50 pontos, o que mostra que os empresários esperam o crescimento da demanda, das exportações, das compras de matérias-primas e do número de empregados nos próximos seis meses.



▲ CNI/ *Sondagem Industrial* - Janeiro de 2020

*Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam expectativa de crescimento

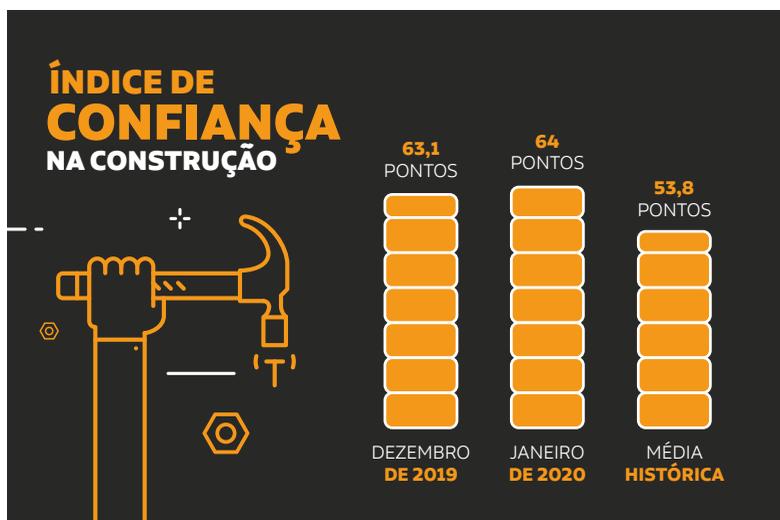
** Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria

Econômico



NO SETOR DE CONSTRUÇÃO, CONFIANÇA TAMBÉM DISPARA

Ao atingir 64 pontos em janeiro, o índice que mede a confiança do empresário da construção alcançou o maior nível desde 2010. O indicador faz parte da *Sondagem Indústria da Construção*, da CNI, e está 10,2 pontos acima da média histórica. A alta foi puxada pela percepção de melhora das condições atuais da economia brasileira, com juros baixos e inflação controlada, diz a CNI.



▲ CNI/ *Sondagem Indústria da Construção* - Janeiro de 2019. Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam maior confiança.

ANTES DO OTIMISMO, OS INDICADORES REGISTRARAM QUEDAS E ESTABILIDADE

Os últimos *Indicadores Industriais*, divulgados pela CNI, mostram leve freio na queda. O faturamento real da indústria caiu 0,6% em novembro frente a outubro; as horas trabalhadas na produção e o emprego ficaram estáveis; a massa salarial real registrou queda de 0,1%; e o rendimento real, por sua vez, baixou 0,3%. Segundo a Confederação, a expectativa é de recuperação do setor no 1º semestre de 2020.



▲ Fonte: CNI / *Indicadores Industriais* - novembro de 2019

Giro Brasil

INDÚSTRIA MINEIRA UNIDA PARA AJUDAR VÍTIMAS DAS CHUVAS

▶ Mais de 145 mil litros de água potável, 10 mil cestas básicas e 8 mil colchões. Esse foi o total arrecadado até 3 de fevereiro pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e sindicatos regionais em apoio a empresários e trabalhadores da indústria local após as fortes chuvas na região. O SENAI criou uma força-tarefa que atua em três frentes: limpeza técnica, manutenção dos equipamentos dos pátios industriais e reestabelecimento da energia elétrica. O projeto continuará até o fim do período chuvoso.



revista Indústria Brasileira > fevereiro 2020



SENAI PIAUÍ CONCLUI MAIS UMA TURMA DO CURSO DE JOVEM APRENDIZ

◀ Os 46 formandos do curso de assistente administrativo oferecido pelo SENAI de Teresina receberam seus certificados em uma solenidade no dia 17 de janeiro, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI). Com duração de 800 horas, o curso, que faz parte do programa *Jovem Aprendiz*, foi realizado nos últimos 12 meses em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Esse programa prepara o jovem para o primeiro emprego, no qual o aprendiz é contratado por tempo determinado.



SESI ALAGOAS INAUGURA CENTRO MULTIMÍDIA NO INTERIOR DO ESTADO

▼ Em parceria com a Prefeitura de Cacimbinhas, município localizado a 176 km de Maceió, o Serviço Social da Indústria (SESI) de Alagoas inaugurou, no dia 15 de janeiro, mais uma unidade do programa *Indústria do Conhecimento*. O centro multimídia é equipado com dez computadores, possui uma biblioteca com cerca de 4,5 mil livros, CDs e DVDs com conteúdos literários e científicos. O espaço incentiva a pesquisa e busca ampliar as oportunidades da população no mercado de trabalho também com a oferta de cursos.



CONFIANÇA EM ALTA ENTRE OS EMPRESÁRIOS DE RORAIMA

O *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) de Roraima subiu 3,3 pontos em janeiro de 2020 na comparação com dezembro de 2019, alcançando 54,7 pontos. De acordo com a pesquisa, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIERO), o ano começa com a perspectiva de grandes investimentos, em especial nos setores de construção civil e de alimentos. Outro fator de destaque é o crescimento econômico da Guiana. Muitos empresários locais apostam no aquecimento do comércio com o país vizinho.

PARCERIA EM SERGIPE QUALIFICA PROFISSIONAIS

Curso gratuito para quem precisa. Foi o que proporcionou o *Projeto de Interiorização*, uma parceria da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) com a Prefeitura de Aracaju. Ao todo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no estado ofereceu 120 vagas em oito cursos diferentes de qualificação profissional, como eletricista automotivo e produtor de derivados do leite. A atuação conjunta com a prefeitura da capital visa capacitar e estimular o ingresso dos beneficiários de políticas públicas de assistência social no mercado de trabalho.

▶ Ainda que alguns equipamentos industriais exijam investimentos altos, a lógica de boa parte da 4ª revolução industrial requer mesmo é o uso inteligente de dados e informações a favor da produtividade, o que pode ser implantado em negócios de qualquer porte

A indústria 4.0 é para todos

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS AUMENTARAM SUA PRODUTIVIDADE EM 22% COM PROGRAMA-PILOTO *INDÚSTRIA MAIS AVANÇADA*, DO SENAI

MUITA gente ainda acredita que falar de indústria 4.0 é falar de tecnologias complexas, extremamente caras, e que somente grandes empresas com atuação internacional têm acesso ao novo modo de produção. Isso era o que pensava a pequena indústria de Salvador Japastel, que produz massas para pastel e pizza. Depois de instalar sensores na máquina de empacotamento de pizza, a empresa elevou a capacidade produtiva em 33% entre 2018 e 2019, sem aumentar o número de colaboradores e os custos.

“A tecnologia ajudou a otimizar o tempo e diminuiu o desperdício. Com isso foi possível aumentar o lucro, pois conseguimos utilizar melhor a matéria-prima”, explica Rose Fukuhara, dona da Japastel, que mudou sua percepção do que é a indústria 4.0. “Antes eu achava que o investimento seria muito alto”, diz.

O equipamento custou cerca de R\$ 3 mil e foi instalado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como parte do programa-piloto *Indústria Mais Avançada*, executado entre maio de 2018 e outubro de 2019 em 43 empresas de 24 estados.

O projeto da pastelaria foi o primeiro a testar no Brasil, nas cinco regiões, o impacto na produção do uso de ferramentas de baixo custo, como sensoriamento, computação em nuvem e Internet das Coisas (IoT). As tecnologias digitais da indústria 4.0 permitiram aumentar em 22%, em média, a capacidade produtiva de micro,

“O ganho de produtividade está mais relacionado com o quanto se aprende com o processo produtivo, e como esse aprendizado se transforma em ações concretas”

pequenas e médias empresas dos segmentos de alimentos e bebidas, metalmeccânica, moveleiro, vestuário e calçados.

As empresas participantes já possuíam bom índice de produtividade antes do piloto, pois tinham passado pelo programa do governo federal *Brasil Mais Produtivo*, também executado pelo SENAI. O programa elevou em 52%, em média, a produtividade de três

mil micro, pequenas e médias indústrias utilizando técnicas de manufatura enxuta (*lean manufacturing*). Após as duas etapas de atendimento de consultores do SENAI, as companhias aumentaram em 85%, em média, sua capacidade de produzir sem alterar o quadro de funcionários.

Os especialistas do SENAI instalaram sensores, que coletam dados, e coletores, para armazená-los. As informações eram transmitidas para a plataforma *Minha Indústria Avançada* (MInA), que podia ser acessada por meio de tablets e celulares. Assim, os gestores acompanham, em tempo real, o desempenho da linha de produção, com maior controle de indicadores do processo, e podem antecipar-se a eventuais problemas.

“O objetivo do programa-piloto *Indústria Mais Avançada* é refinar um método de baixo custo, alto impacto e rápida implementação, que ajude as empresas brasileiras a se inserirem na 4ª revolução industrial. A

iniciativa do SENAI prova que a indústria 4.0 é para todos: qualquer tipo de empresa, em qualquer estado do Brasil”, explica o diretor-geral da instituição, Rafael Lucchesi.

As indústrias da Região Nordeste foram as que mais tiveram ganhos de produtividade com o *Indústria Mais Avançada*, com aumento médio de 28%. No Centro-Oeste, o incremento foi de 22%, mesmo índice da Região Norte. Em seguida, estão empresas do Sudeste (18%) e do Sul (6%).

De acordo com o gerente-executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI, Marcelo Prim, as empresas que obtiveram maiores ganhos com as tecnologias digitais foram as que utilizavam menos técnicas de gerenciamento da produção antes de participar do programa. “A técnica nova, ao ser introduzida em uma empresa que utiliza poucos métodos de gestão, proporciona um ganho maior em produtividade”, afirma.

GANHOS SIGNIFICATIVOS

Em relação ao segmento da empresa, todas as áreas atendidas tiveram, em média, um ganho significativo de produtividade, mas com pequenas diferenças em relação a quanto cada um conseguiu incorporar a nova tecnologia a seu processo produtivo. “Concluimos que o ganho de produtividade está mais relacionado com o quanto se aprende com o processo produtivo, e como esse aprendizado se transforma em ações concretas. Trata-se mais de uma ciência de dados e de capacitação de pessoas do que de automação de processos produtivos”, destaca Prim.

As microempresas foram as que mais se beneficiaram do uso inicial de tecnologias digitais. “É provável que tenha sido a primeira vez que a empresa parou para analisar seu processo produtivo e conseguiu compreendê-lo de uma forma ampla”, afirma. “Observamos que as tecnologias da indústria 4.0 são uma grande oportunidade, especialmente para as micro e pequenas empresas”, complementa Prim.

A análise dos resultados do programa-piloto também mostrou que a percepção do ganho obtido com a tecnologia é muito afetada pelo porte da empresa. As médias e grandes empresas tendem a investir

▲ **Marcelo Prim**
gerente-executivo de
Inovação e Tecnologia
do SENAI

em tecnologias da indústria 4.0 para dar continuidade aos esforços de aumento de produtividade. Os micro e pequenos empresários, por sua vez, valorizam mais a agilidade permitida pelo sistema.

De Taboão da Serra (SP), a produtora de portas e janelas de metal 3A Alumínio aumentou em 25% sua produtividade após adotar tecnologias digitais com o projeto do SENAI. A empresa possui 90 colaboradores e nela foram instalados sensores em quatro estações de trabalho que produzem folhas de alumínio.

“O benefício foi grande. Tive um ganho de produtividade e hoje consigo ver a performance de cada estação de trabalho em tempo real”, conta o empresário Domingos Moreira Cordeiro. A indústria já havia passado pelo *Brasil Mais Produtivo*, em 2017, quando conseguiu ganhos de 86% em seu sistema produtivo.

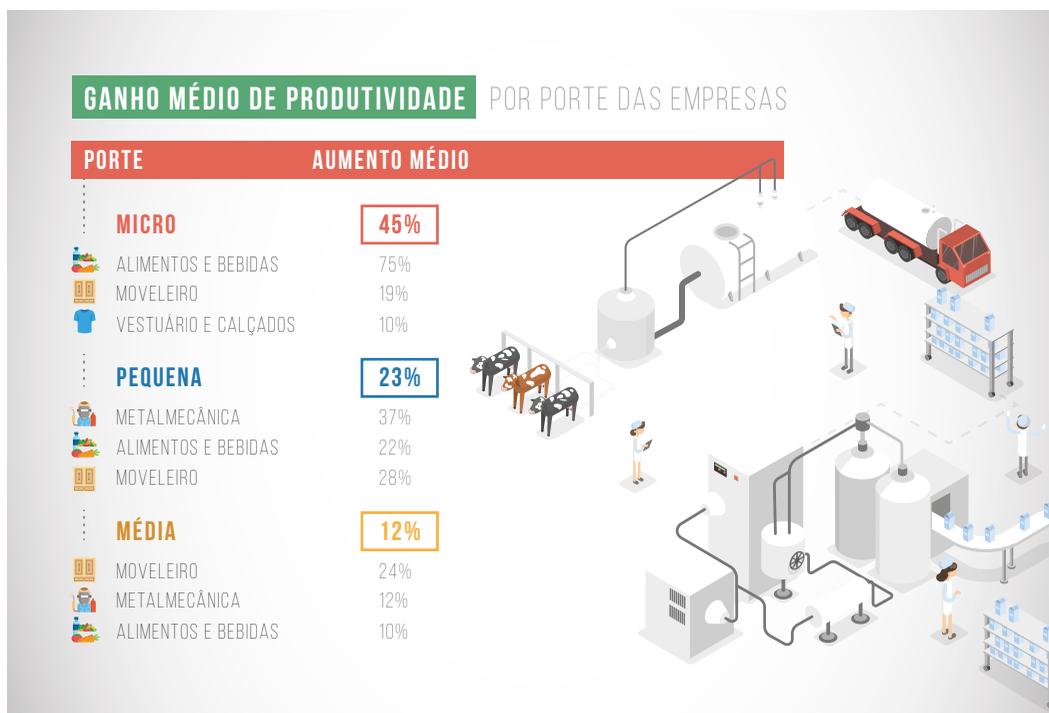
A experiência realizada pelo SENAI, a primeira com indústria 4.0 da empresa, estimulou o empresário, que é engenheiro mecânico, a desenvolver, com a ajuda de sua equipe de Tecnologia da Informação, um novo sistema que controla a saída do produto final, assim como as ordens de serviços em execução, o processo de



montagem e o tempo-padrão de produção.

“Sou um aficionado por indústria 4.0 e, quando comecei a pesquisar, achava que era coisa para grande empresa. Com o tempo, eu vi que essa percepção não era real, que eu podia implantar na minha empresa”, conta. ■

▲ Domingos Cordeiro aumentou a produtividade da 3A Alumínio com sistema de controle de produção



◀ Fonte: SENAI/Programa Indústria Mais Avançada - 2019



Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável pode gerar 70 mil empregos em dez anos

WILLIAM WILLS

▲
Sócio da EOS Estratégia & Sustentabilidade

O *Acordo de Paris* prevê a implantação do *Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável* (MDS), que permitirá ao setor privado investir em projetos de redução de emissões e gerar os “créditos de carbono”, que podem ser vendidos a outros países para cumprir seus compromissos de mitigação de emissões, por meio do futuro mercado de carbono global, como ocorreu em Kyoto com o *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL). Este, de acordo com dados do Ipea, gerou investimentos de US\$ 32 bilhões nos últimos 15 anos na economia brasileira, deixando de lançar 124 milhões de toneladas de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) na atmosfera, sendo quase 50% evitadas por projetos da indústria.

Nos últimos dois anos, um dos pontos que vem fazendo com que as negociações internacionais do clima não avancem de forma satisfatória é o “ajuste correspondente” de emissões. Este consiste no arrocho de metas de emissões de GEE previstas no Acordo de Paris, proporcional aos créditos de carbono vendidos. Em casos como o do Brasil, que possui meta ambiciosa de reduzir 37% das emissões em 2025 e 43% das emissões em 2030 em relação a 2005, se isso não for realizado em determinadas condições, pode haver consequências negativas na competitividade econômica do país e da indústria.

Em recente estudo que elaboramos a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avaliamos os impactos macroeconômicos decorrentes da aplicação do ajuste correspondente com a venda de 380 milhões de toneladas de créditos de carbono. Os resultados mostraram que, para o ajuste correspondente ser viável economicamente para esse volume de emissões, há quatro condições principais: o preço internacional do carbono deve ser superior a US\$ 39/tCO₂ (o preço médio em Kyoto atingiu US\$ 22/tCO₂); as medidas de modernização da indústria devem ser financiadas por recursos externos; deve-se garantir o cumprimento integral dos compromissos do Brasil no Acordo de Paris, com investimentos superiores a US\$ 450 bilhões, conforme estimativas da CNI; e precisamos alcançar desmatamento ilegal zero até 2030.

Garantidas essas condições bastante desafiadoras, os custos de produção no país devem ser reduzidos, contribuindo para uma alta do PIB, dos níveis de atividade da economia e das exportações, gerando 70 mil empregos em 10 anos. No entanto, todo esse fluxo econômico só deverá propiciar os ganhos estimados caso haja políticas públicas adequadas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, podendo a agenda de baixo carbono ser um gatilho para potencializar novos negócios e o aumento da competitividade. ■

►
A opinião de articulistas convidados não necessariamente reflete a da CNI.

O FUTURO DO TRABALHO NUNCA FOI TÃO PRESENTE NA SUA VIDA.

A gente procura estar sempre um passo à frente, prevendo tendências de mercado. Para que você possa também acompanhar este ritmo de uma nova indústria, é preciso estar sempre atualizado. Um bom exemplo é o Flatfish, robô desenvolvido pelos Institutos SENAI de Inovação, 100% autônomo que faz inspeção visual de dutos de exploração de petróleo. Tecnologia do futuro, praticada por um profissional do futuro, no presente. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

O SENAI está construindo hoje o futuro do trabalho.

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho



Flatfish, robô 100% autônomo para inspeção submarina de dutos de petróleo.

Saiba mais em www.sempresisenai.com.br

[f/senainacional](https://www.facebook.com/senainacional) [t/senainacional](https://twitter.com/senainacional) [i/senainacional](https://www.instagram.com/senainacional)

[yt/senaibr](https://www.youtube.com/senaibr) [in/senai-nacional](https://www.linkedin.com/company/senai-nacional)

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 5 n° 41

fevereiro 20



A retomada do emprego

Sinais mais consistentes de que a economia está se recuperando devem animar contratações em 2020

OCDE ▶ A adesão que promete melhorar o ambiente de negócios ficou mais próxima
TERMÔMETRO ▶ Dados apontam novos recordes de confiança dos empresários
INDÚSTRIA 4.0 ▶ SENAI leva inovação a 43 empresas de micro e pequeno porte

VOCÊ NÃO PRECISA ESPERAR O FUTURO CHEGAR PARA SER PROTAGONISTA DELE.

Como será o futuro do trabalho? O que a indústria procura em um profissional de futuro? Para acompanhar um mundo que evolui a cada dia, é preciso se preparar hoje com uma formação inovadora, criativa e eficiente. Nessa hora, você pode contar com os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia que desenvolvem soluções ágeis e novos produtos e processos sob medida para todas as indústrias de todos os portes, com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas. No SENAI, o futuro do trabalho acontece todos os dias. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SENAI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho

Saiba mais em www.semprisesisenai.com.br

[f/senainacional](https://www.facebook.com/senainacional) [t/senainacional](https://twitter.com/senainacional) [i/senainacional](https://www.instagram.com/senainacional)

[yt/senaibr](https://www.youtube.com/senaibr) [in/senai-nacional](https://www.linkedin.com/senai-nacional)

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta ao leitor

A DESEJADA volta dos empregos ceifados pela crise econômica é o tema de capa desta edição, explicado em reportagens, dados e entrevistas com especialistas que têm seguido de perto a lenta e demorada recuperação dos indicadores econômicos. Ainda que com reticências e alguma dose de desconfiança, o otimismo é a tônica dos analistas.

Há razões para isso. Os juros estão num nível historicamente baixo, a demanda doméstica está crescendo e a reforma trabalhista melhorou as condições de contratação ao ampliar o espaço para negociação entre empresas e trabalhadores. Como sempre, há risco de choques externos, como a recente preocupação com o impacto do coronavírus sobre as economias chinesa e mundial, mas esse perigo ainda é incerto.

O que merece especial atenção, entretanto, é o fato de que esse otimismo compartilhado tem origem essencialmente conjuntural. Quando pesquisadores, economistas e executivos falam sobre os determinantes estruturais do emprego, o olhar positivo é substituído pela circunspeção. A deficiente qualidade da mão de obra no país, a excessiva carga tributária

e a cada vez mais difícil inserção internacional da produção brasileira tendem a limitar o aproveitamento que a economia nacional poderia ter em cada oportunidade contextual como a que está surgindo em 2020.

Portanto, continuam sendo urgentes ações do setor público para corrigir as distorções do regime tributário brasileiro, fortalecer iniciativas de educação profissional e cuidar do desenho de acordos comerciais que podem expor, de forma açodada e desnecessária, setores produtivos nacionais à concorrência internacional. Cada um desses tópicos é descrito com detalhes em reportagens desta edição sobre o debate legislativo da reforma tributária, sobre as ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para formar trabalhadores mais qualificados às necessidades urgentes da indústria neste momento de retomada e na entrevista de Dan Ioschpe (IEDI), que recomenda maior gradualismo na celebração de acordos internacionais.

As novas oportunidades estão aí. Os velhos desafios, também.

Boa leitura!

▼ *Conheça o Sistema Indústria*

CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)
flickr ▶ [cniweb](#)
instagram ▶ [cni br](#)
twitter.com ▶ [cni_br](#)
linkedin ▶ [cni-brasil](#)
youtube ▶ [cniweb](#)

SESI

facebook ▶ [SESI Nacional](#)
youtube ▶ [sesi](#)
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)
instagram ▶ [senai_nacional](#)
twitter ▶ [senainacional](#)
youtube ▶ [senai br](#)
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

IEL

facebook ▶ [IELbr](#)
instagram ▶ [ielbr](#)
twitter ▶ [iel_br](#)
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

sumário

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Analistas explicam por que 2020 deve ser o ano da recuperação dos empregos depois da longa crise econômica

16 INFOGRAFIA

Um diagnóstico visual sobre as vagas em cada estado e as profissões mais demandadas na indústria

18 TECNOLÓGICAS

Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023 aponta procura em alta por profissionais das áreas de eletrotécnica, eletromecânica e mecânica, entre outras

22 JOSÉ PASTORE

Professor da USP fala, em entrevista, sobre os fatores conjunturais e estruturais que atuarão na criação de novas vagas de trabalho

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI e Anatel promovem reunião sobre infraestrutura e política industrial, de olho no aumento da produtividade

26 COMPETITIVIDADE

Apoio dos EUA torna mais próxima a adesão do Brasil à OCDE e aos benefícios de integrar a organização da qual Peru e Chile já fazem parte

30 REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate no Congresso pode reduzir carga indevida cobrada da produção destinada ao mercado externo

34 ENTREVISTA

Dan Ioschpe, presidente do IEDI, dá sua receita para a celebração de acordos comerciais que sejam, de fato, vantajosos para o Brasil

36 INDICADORES

Indústria brasileira perde participação no mercado mundial, segundo dados da OCDE e da Unido

38 TERMÔMETRO

Confiança do empresário industrial é a maior desde 2010, segundo dados do ICEI de janeiro

40 GIRO BRASIL

SESI de Alagoas inaugura moderno centro multimídia no interior do estado, com computadores e biblioteca

42 PARA TODOS

Programa-piloto *Indústria Mais Avançada*, do SENAI, aumenta em 22% a produtividade de micro, pequenas e médias empresas

46 OUTRA VISÃO

William Wills, sócio da EOS Estratégia & Sustentabilidade, explica como o *Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável* pode gerar empregos

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Ana Flávia Flôres, Marina Simon e Aerton Guimarães.

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

Gettyimages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472
fax (61) 3317-9456
revistacni@cni.org.br

O fundamental caminho das reformas



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

INÍCIOS de anos e, mais especialmente, de décadas costumam trazer renovação de esperanças num futuro melhor. Essa sensação sempre se mostra mais forte quando o passado recente foi marcado por dificuldades políticas, sociais ou econômicas. Hoje, ainda sentimos os efeitos da mais grave e longa recessão da história brasileira, cujo resultado mais triste é o flagelo do desemprego, que atinge cerca de 12 milhões de pessoas. Com a gradual melhora do cenário, porém, temos a perspectiva de voltar ao caminho do desenvolvimento.

O que melhorou as expectativas de empresários e trabalhadores, elevando as estimativas de crescimento neste e nos próximos anos, foram as medidas que o governo federal e o Congresso Nacional vêm tomando. O objetivo claro é, por meio da reestruturação do Estado, do controle dos gastos públicos e do aperfeiçoamento do ambiente de negócios, impulsionar a competitividade da economia nacional. A perceptível recuperação da confiança deve estimular o aumento dos investimentos, essencial para a geração de empregos e renda.

O bom desempenho da economia, contudo, não está garantido. Ao longo do ano,



a transformação das boas expectativas iniciais em crescimento econômico concreto, num ritmo mais vigoroso, vai depender não apenas da manutenção das reformas, mas do seu aprofundamento. Agora, entram em pauta as reformas administrativa, necessária para conferir racionalidade ao Estado brasileiro, e a tributária, indispensável para retirar os terríveis obstáculos que o atual sistema de cobrança de impostos impõe à atividade produtiva.

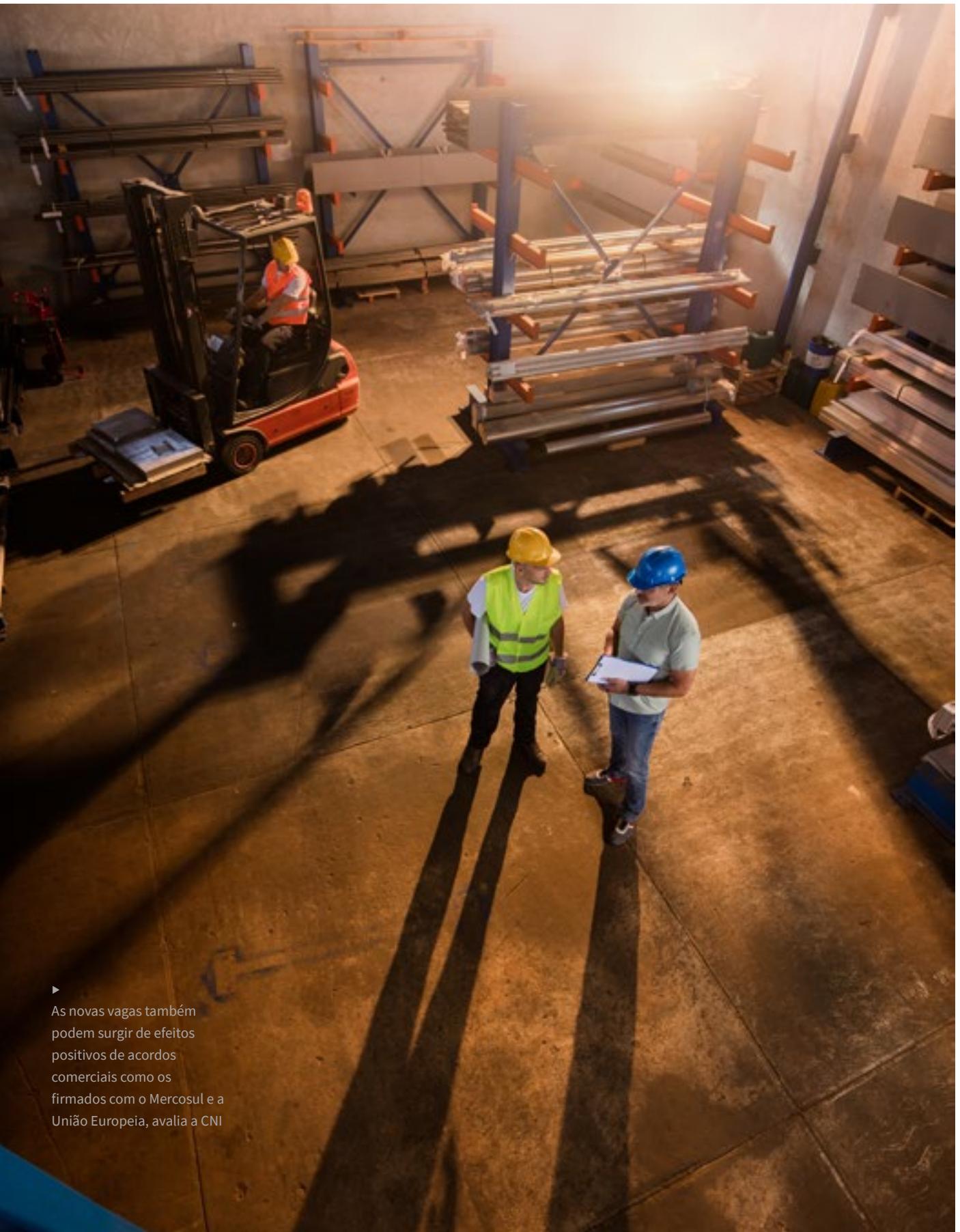
É preciso viabilizar politicamente, pela obtenção de um consenso entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e o setor privado, a criação de um novo sistema tributário que seja bem mais simples e menos oneroso do que o existente. Atualmente, os contribuintes brasileiros são assombrados por um emaranhado de dispositivos constitucionais, leis, decretos, regulamentos, portarias e instruções normativas tentando disciplinar uma miríade de impostos, contribuições, taxas e obrigações acessórias.

Da mesma forma, é necessário buscar a simplificação e a redução do Estado brasileiro para que ele possa ser mais eficiente, servindo mais aos cidadãos e deixando de servir-se deles. Ao longo do tempo,

desde o Brasil colônia, o aparato estatal se agigantou, tornando-se lerdo e altamente ineficaz. Num momento de profunda reformulação nas relações econômicas mundiais, ele precisa passar a colaborar ativamente com a construção de um país mais dinâmico e próspero, em vez de atrapalhar com sua enorme burocracia.

O Brasil necessita perseverar na nem sempre tranquila, mas fundamental, via das reformas. Todos os esforços, nas mais diversas esferas, devem ser empreendidos para remover os entraves que impedem a economia de crescer mais fortemente e de modo sustentado. Isso significa facilitar a vida dos empreendedores e fazer o Estado trabalhar, de modo adequado, em favor do desenvolvimento do país.

Se continuarmos na trilha da modernização estrutural, certamente teremos, como resultado, o aumento da produtividade das empresas e da competitividade dos nossos produtos, tanto no mercado externo como no doméstico. Dedicando-se às reformas com determinação e senso de direção, serão estabelecidas as condições para que se invista mais na produção e se crie empregos para milhões de brasileiros em 2020 e nos próximos anos. ■



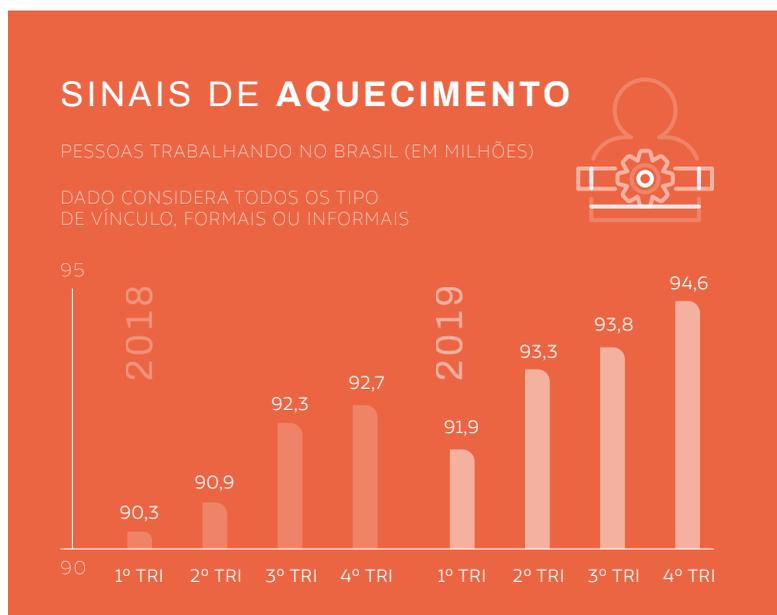
► As novas vagas também podem surgir de efeitos positivos de acordos comerciais como os firmados com o Mercosul e a União Europeia, avalia a CNI

Há vagas

MELHORA DA ATIVIDADE ECONÔMICA E AUMENTO DA CONFIANÇA TENDEM A CRIAR MILHARES DE EMPREGOS EM 2020, MAS HÁ PREOCUPAÇÕES COM A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E O RISCO DE CHOQUES EXTERNOS, DIZEM ESPECIALISTAS

O AUMENTO no número de empregados com carteira assinada em 2019, aliado a um ritmo mais intenso no nível de atividade econômica no segundo semestre e a uma leve queda na taxa de desemprego no ano passado, indicam que a recuperação da economia em 2020 deve ocorrer numa velocidade maior do que a registrada nos últimos anos. A expectativa do Ministério da Economia é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha uma alta de, pelo menos, 2,4% neste ano e que isso impulse a criação de 1 milhão de empregos formais.

O governo avalia que os indicadores de atividade têm apresentado resultados acima da expectativa de mercado, especialmente nos setores de serviços, comércio e construção civil, o que explica as revisões para cima das projeções para o crescimento econômico. A justificativa foi apresentada na edição de janeiro do *Boletim Macrofiscal*, elaborado pela Secretaria de Política Econômica, que elevou a alta do PIB em 2019 para 1,12%.



Fonte: PNAD/IBGE

Solange Srouf, economista-chefe da gestora ARX Investimentos, trabalha com uma perspectiva de crescimento para este ano de 2,3% do PIB, com uma

“Os lançamentos bateram recordes em 2019 e vão gerar novos empregos nos próximos meses. Esperamos gerar cerca de 100.000 empregos, diretos e indiretos”

recuperação mais forte do consumo. “O que vai puxar o PIB este ano é a demanda doméstica, principalmente o consumo e, em segundo lugar, o investimento. Essa recuperação de 2,3% é gradual e deve se acelerar mais no segundo semestre de 2020. Em 2021 eu acho que o Brasil pode crescer em torno de 3%”, avalia a economista. Segundo Solange, a melhora no mercado de trabalho não é significati-

va, mas está se consolidando e isso também impulsiona a economia.

Em 2019, o mercado formal de trabalho fechou com um saldo positivo de 644 mil novos postos de trabalho, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O trabalho intermitente e o parcial responderam por cerca de 16,5% desse total. Na avaliação do economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, a participação mais expressiva de contratos mais flexíveis no trabalho com carteira assinada pode ser um reflexo da recuperação lenta da economia ao longo de 2019, mas pode indicar também uma mudança estrutural no mercado de trabalho.

“Além das questões conjunturais, o mercado de trabalho sofreu influência da reforma trabalhista, do surgimento de novas formas de trabalho e das inovações tecnológicas”, diz Thiago Xavier. “O nosso prognóstico para 2020 é que a economia vai crescer um pouco mais e num ritmo maior do que o ano passado. Um dos motivos que nos levam a traçar esse

cenário é que estamos com uma política monetária estimulativa, com a taxa básica de juros num patamar muito baixo e que deve se manter ao longo do ano”, opina o consultor.

Luca Klein, analista da consultoria 4E, estima que o número de vagas formais neste ano deve ser de, pelo menos, 854 mil, com um crescimento do PIB de 2,8%. “A perspectiva é positiva para economia brasileira em 2020. Devemos acelerar o crescimento do país e, consequentemente, dar maior robustez à geração de empregos. No entanto, há incertezas no radar que podem arrefecer essa expectativa, como no caso da dinâmica do setor externo e da capacidade do governo de dar continuidade à implementação da agenda de reformas”, pondera Klein.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirma que 2020 tem tudo para ser o ano da reação da indústria e da economia do país. “Os acordos comerciais entre Mercosul e União Europeia, em um cenário mais amplo de abertura comercial gradativa, melhoram ainda mais as perspectivas para o ano que está começando”, afirma o dirigente. Entretanto, para que o crescimento seja sustentado, pondera o presidente da CNI, é preciso fazer a reforma tributária, melhorar a infraestrutura e ampliar investimentos em tecnologia e inovação.

INDÚSTRIA VAI PUXAR ALTA

Pela projeção da CNI, a indústria vai puxar o crescimento do Brasil em 2020. O PIB deve crescer 2,5%, mais que o dobro do aumento estimado para 2019. Enquanto os setores industriais cresceram apenas 0,7% nos últimos 12 meses, a projeção para 2020 é um avanço de 2,8%. Segundo Robson Andrade, “os índices ganham mais relevância se levarmos em consideração que, a cada R\$ 1 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,40 na economia brasileira”. A título de comparação, o presidente da CNI lembra que na agricultura o valor gerado é de R\$ 1,66 e no setor de comércio e serviços, de R\$ 1,49. “Esse dado mostra o poder de alavancagem do setor industrial”,

▲
**Eduardo
Aroeira Almeida**

presidente da Associação
de Empresas do Mercado
Imobiliário do Distrito
Federal (Ademi-DF)

destaca Andrade.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o desemprego no Brasil fechou o último trimestre de 2019 em 11%, com um pequeno recuo em relação ao trimestre anterior, que estava em 11,8%, mas o trabalho informal atingiu o maior contingente desde 2016, com 41,1% da população ocupada. Em números, o país fechou o último trimestre do ano passado com 11,6 milhões de pessoas procurando emprego, número 7,1% abaixo do registrado no trimestre anterior, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).

Especialista em mercado de trabalho e economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Daniel Duque destaca que, no ano passado, pela primeira vez desde o início da crise, houve uma aceleração da queda da taxa de desemprego e, também, do número de desalentados ao mesmo tempo. “Houve um crescimento razoavelmente significativo da população ocupada, em torno de 1,5% em relação ao mesmo período anterior. No primeiro semestre foi até maior, chegou a 2,5%; uma taxa bastante expressiva, puxada pela informalidade e também pelo emprego formal”.

Para o economista Eduardo Zylberstajn, professor da FGV-SP, apesar de o ano ter começado com boas perspectivas, há muitas incertezas. “O problema é que nos últimos anos também começamos com boas perspectivas e eles não foram tão bons. No geral, entretanto, acho que está muito clara a retomada e a aceleração da economia e com isso espera-se essa retomada do emprego, principalmente do emprego formal, que são empregos melhores, que ainda estamos esperando desde que passou o pior momento da crise”, diz Zylberstajn, também pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP).

Uma dessas incertezas, segundo ele, é o impacto do coronavírus na economia da China e, conseqüentemente, na economia mundial. “A economia sempre está sujeita a choques, que nunca sabemos de onde

vêm, mas temos que estar preparados para algum percalço no meio do caminho, como o coronavírus. Os fundamentos da nossa economia, entretanto, parecem ser bastante sólidos para que essa recuperação prossiga”, avalia Zylberstajn.

BOA PERSPECTIVA PARA A CONSTRUÇÃO

Responsável pela geração de 71 mil novas vagas no mercado formal em 2019, o setor da construção civil é apontado pelos especialistas como um segmento que deve acelerar o ritmo de contratações em 2020. Odair Sena, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP), afirma que as perspectivas, sobretudo no setor imobiliário, são muito boas. Ele destaca que, no município de São Paulo, o número de lançamentos de prédios foi significativo no segundo semestre. “Como muitas obras estão sendo iniciadas, esperamos uma geração forte de emprego, começando a mexer com a renda nesse segmento na base da pirâmide”, prevê Sena, que aposta num efeito difusor dessas contratações sobre a atividade

▼
Para Solange Srour, da ARX Investimentos, demanda doméstica vai incentivar o crescimento



dade econômica em geral.

A expectativa também é positiva em Brasília. Para Eduardo Aroeira Almeida, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), “os lançamentos bateram recordes em 2019 e vão gerar novos empregos nos próximos meses”. Ele conta que, entre janeiro e novembro do ano passado, foram lançados 30 novos empreendimentos, com 2.903 unidades residenciais, mais que o dobro dos 14 empreendimentos no mesmo período de 2018, que somaram 1.711 unidades residenciais. “Esperamos gerar cerca de 100.000 empregos, diretos e indiretos”, diz.



▲ Para Luca Klein (4E), serão criados pelo menos 854 mil novos empregos em 2020

A redução do desemprego e o aumento dos postos de trabalho no mercado formal também reduziram o medo de perder emprego, conforme mostra a pesquisa *Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida*, divulgada pela CNI no começo de janeiro. O medo do desemprego voltou a cair em dezembro de 2019 (-2,1 pontos), reforçando a queda de 1,1 ponto observada em setembro, e retornou ao patamar alcançado após as eleições de 2018. Em dezembro

de 2018, o índice de medo do desemprego caiu 10,7 pontos devido ao otimismo com o resultado das eleições presidenciais. Apesar disso, o indicador ainda permanece 1,1 ponto acima do observado em dezembro de 2018 e 6,0 pontos acima da média histórica.

MERCADO INTERNO AQUECIDO

O setor de calçados, que no ano passado exportou US\$ 967 milhões, também prevê um desempenho ainda melhor neste ano. Haroldo Ferreira, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), projeta um crescimento entre 2% e 2,5% para o setor. Esse desempenho deve ser puxado pelo desempenho no mercado interno, que absorve 85% da produção de calçados, de mais de 950 milhões de pares por ano. “Acreditamos que o incremento das vendas no mercado doméstico deve impulsionar o resultado de 2020”, afirma Ferreira.

Um dos fatores para o otimismo com as vendas no mercado interno é o aumento na geração de vagas com carteira assinada, o que contribui para que os trabalhadores possam regularizar eventuais dívidas em atraso e voltar a comprar, seja com pagamento a vista ou financiado. Embora destaque que o cenário macroeconômico tenha melhorado, com a aprovação da reforma da Previdência, a flexibilização de normas trabalhistas e a queda na taxa de juros, Haroldo Ferreira ressalta que ainda há medidas a serem adotadas para estimular o setor produtivo e a economia brasileira.

Outro grande desafio para o ano, segundo ele, é a reforma tributária. “Essa tem que ser feita porque o Custo Brasil é um dos maiores problemas que o nosso país enfrenta, tanto para o consumo interno quanto nas exportações”, avalia. Segundo o presidente da Abicalçados, a reforma tributária, em um primeiro momento, “vai simplificar a vida do setor produtivo, já que não há expectativa de redução imediata dos impostos”.

Outro setor otimista é o farmacêutico. Responsável por gerar cerca de 100 mil empregos diretos em 2019, essa indústria

gerou um aumento de 10,7% no faturamento no mercado de varejo (farmácias) e uma alta de 5% no número de unidades vendidas, segundo dados do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). Se forem somados também os empregos indiretos, incluindo farmácias, hospitais, clínicas médicas e outros, foram gerados cerca de 700 mil empregos no ano passado, segundo os dados preliminares da entidade.

“Nosso setor atravessou muito bem a crise, mas percebemos que hoje há um maior aquecimento da economia”, diz Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma. Segundo ele, “um dos primeiros setores a se beneficiar desse reaquecimento é a indústria farmacêutica, porque as empresas começam a empregar, começam a colocar suas pessoas em planos de saúde, que começam a cuidar mais da saúde dos trabalhadores e de seus familiares”, explica Mussolini. Para o dirigente, o bom resultado de 2019 teve como fator preponderante o aquecimento do mercado interno.

“Se uma pessoa está desempregada, tem uma dor de cabeça, vai para um quarto escuro esperar a dor de cabeça passar. Se ela está empregada, ela sai do trabalho, passa na farmácia e compra um remédio para dor de cabeça, então isso movimenta bastante o nosso setor”, afirma Mussolini, que destaca o aumento das contratações formais no setor, com registro em carteira. “O Brasil está em um caminho excepcionalmente bom. Nós estamos surfando em uma onda muito boa e não podemos perdê-la”, enfatiza o dirigente.

“A solução do problema do Brasil está em duas reformas que ainda precisam ser feitas: a administrativa e a tributária. A reforma tributária é a bala de prata que vai estimular o desenvolvimento. A administrativa precisa ser feita porque o Estado precisa diminuir um pouco o seu tamanho”, defende Mussolini. A reforma da Previdência, segundo ele, “foi um passo importante para animar o investidor nacional e demonstrar ao internacional que o Brasil está trilhando um bom caminho para ter as contas públicas equilibradas”.

Outra mudança importante, de caráter

COMO A INDÚSTRIA LIDA COM A FALTA DE TRABALHADOR QUALIFICADO

PERCENTUAL DAS EMPRESAS EM QUE A FALTA DE TRABALHADOR QUALIFICADO É UM PROBLEMA E QUE TEM MECANISMOS PARA LIDAR COM O PROBLEMA

ITEM	2019
➔ REALIZA CAPACITAÇÕES NA PRÓPRIA EMPRESA	85%
➔ REALIZA CAPACITAÇÕES FORA DA EMPRESA (CURSOS EXTERNOS)	42%
➔ FORTALECE A POLÍTICA DE RETENÇÃO DO TRABALHADOR (SALÁRIOS E BENEFÍCIOS)	28%
➔ REALIZA PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	23%
➔ INVESTE EM AUTOMAÇÃO	23%
➔ TERCEIRIZA ETAPAS DO PROCESSO DE FABRICAÇÃO	16%
➔ RECRUTA PROFISSIONAIS DE OUTRAS REGIÕES	15%
➔ TERCEIRIZA ETAPAS DO PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO	6%
➔ DESENVOLVE POLÍTICAS AGRESSIVAS DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE OUTRAS EMPRESAS	2%
➔ RECRUTA PROFISSIONAIS DE OUTROS PAÍSES	1%



Fonte: Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado 2020 (CNI)

mais estrutural, é do perfil do trabalhador. Daniel Duque, da FGV-RJ, destaca também a mudança no perfil do trabalhador. “O Brasil tem uma falta de mão de obra qualificada que já é crônica, o que tende a se manter ao longo do tempo e talvez possa até se agravar agora porque

“Quanto mais se investe em inovação, em automação de processos, e quanto mais tecnologia surge para substituir trabalhos mais mecânicos, maior fica a demanda pelos trabalhadores de maior qualificação”

▲
Eduardo Zylberstajn
professor da FGV-SP

estamos passando por um processo de mudança de demanda do mercado de trabalho. Hoje em dia temos trabalhadores que são demandados de forma muito diferente do que eram há 10 ou 20 anos. Estamos passando por um processo de aumento de tecnologia, robotização, automação e, portanto, precisamos cada vez mais de pessoas que saibam lidar com essas novas demandas e desafios”, avalia o pesquisador.

Segundo Duque, o Brasil sempre teve falta desse tipo de profissional mais qualificado, que trabalha de forma mais criativa. “Eu acho que isso pode ser um gargalo para o país em relação aos próximos anos, principalmente porque a gente continua não avançando nessa formação de mão de obra qualificada”, diz.

O diagnóstico de Felipe Morgado, gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), é semelhante. O especialista diz que as mudanças no mercado de trabalho exigem profissionais mais abertos, especialistas nas novas tecnologias e, ao mesmo tempo, que tenham competências

socioemocionais, também conhecidas como *soft skills*. “Eles terão que ser mais especialistas com o uso de novas tecnologias. O processo de desenvolvimento e especialização é maior porque as tarefas rotineiras tendem a ser automatizadas, então o que não vai ser automatizado são os processos mais complexos que exigem conhecimento maior. Por isso eles têm que estudar ao longo da vida”, diz Morgado.

Outro complicador é que a indústria tem perdido competitividade porque a crise econômica já dura muitos anos e, com isso, os trabalhadores que estão sem emprego acabam perdendo sua qualificação frente às novas tecnologias que vêm surgindo, o que pode gerar falta de trabalhadores especializados, lembra Solange Srouf, da ARX Investimentos.

DIFICULDADES PARA CONTRATAR

Pesquisa feita pela CNI mostra que esse risco já é realidade em alguns setores. “A falta de trabalhador qualificado continua sendo um problema para a indústria brasileira, apesar da disponibilidade de um grande número de pessoas desempregadas em decorrência da crise. No atual momento, em que a economia mostra sinais de recuperação, cerca de metade das indústrias de transformação e extrativas reporta dificuldades para contratar trabalhador com a qualificação necessária”, ressalta a pesquisa *Sondagem Especial – Falta de Trabalhador Qualificado*.

Concluída em janeiro, a pesquisa mostra que o problema atinge todas as áreas das empresas, com impactos mais expressivos nas linhas de produção, pela falta de técnicos e de operadores qualificados. A falta de trabalhador qualificado impacta diretamente a competitividade das empresas. “Elas reportam ter dificuldade de aumentar a produtividade, bem como melhorar, ou mesmo manter, a qualidade dos produtos. Para lidar com o problema, a maioria das empresas promove a capacitação de seus trabalhadores, mas esbarra na baixa qualidade da educação básica e na falta de interesse dos trabalhadores em se qualificar”, destaca a pesquisa.

Essa formação educacional de baixa qualidade, segundo a pesquisa, dificulta o aprendizado e desestimula os trabalhadores a buscar qualificação. Em 2019, 50% das indústrias extrativas e de transformação declararam ter problemas com a falta de mão de obra qualificada. Conforme a pesquisa, “o percentual é alto quando se leva em conta que a economia está apenas iniciando a retomada e que a taxa de desocupação se encontra em torno de 12%”. O cenário, entretanto, é melhor que o de 2013, ano em que a taxa de desocupação era de cerca de 7% e que o percentual das indústrias que afirmavam ter problemas para encontrar mão de obra qualificada era de 66%.

Eduardo Zylberstajn, professor da FGV-SP, afirma que esse é o grande desafio do Brasil. “Quanto mais se investe em

inovação, em automação de processos, e quanto mais tecnologia surge para substituir trabalhos mais mecânicos, maior fica a demanda pelos trabalhadores de maior qualificação. Eventualmente isso pode estar na indústria, mas também pode estar em outros setores”, avalia. Para o pesquisador, é preciso melhorar a qualidade da educação brasileira como um todo.

Trata-se de uma opinião semelhante à de Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI, que acredita que a educação é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico do país. “Para a indústria voltar a crescer de maneira significativa, é imperativo melhorar a qualidade da educação básica no Brasil e ampliar a oferta de educação profissional alinhada às demandas do setor produtivo, visando ao desempenho da indústria no futuro”, diz Lucchesi. ■

FALTA DE MÃO DE OBRA É MAIOR NO SETOR DE BIOCOMBUSTÍVEIS

INDÚSTRIAS QUE AFIRMAM TER PROBLEMAS COM A FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, POR SETOR DE ATIVIDADE (%)

 BIOCOMBUSTÍVEIS	70%
 MÓVEIS	64%
 VESTUÁRIO	62%
 PRODUTOS DE BORRACHA	62%
 TÊXTEIS	60%
 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	60%

Fonte: Sondagem Especial
– Falta de Trabalhador
Qualificado 2020 (CNI)

ONDE ▶ ESTARÃO OS EMPREGOS

ÁREAS QUE MAIS DEMANDARÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Transversal	. 1,7 milhão
Metalmecânica	. 1,6 milhão
Construção	. 1,3 milhão
Logística e transporte	. 1,2 milhão
Alimentos	. 754 mil
Informática	. 528 mil
Eletroeletrônica	. 405 mil
Energia e telecomunicações	. 359 mil

ALGUMAS OCUPAÇÕES QUE MAIS CRESCERÃO ATÉ 2023

Condutores de processos robotizados

Técnicos em mecânica veicular

Engenheiros ambientais e afins

Pesquisadores de engenharia e tecnologia

Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves

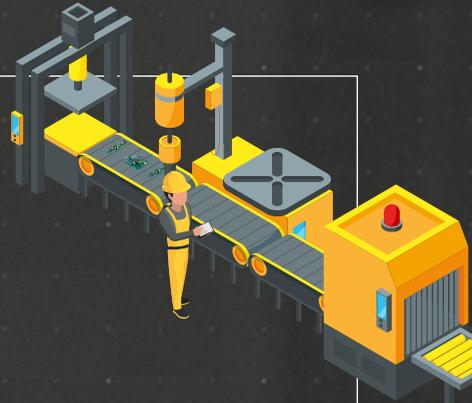
Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos

Engenheiros de alimentos e afins

Técnicos em eletromecânica

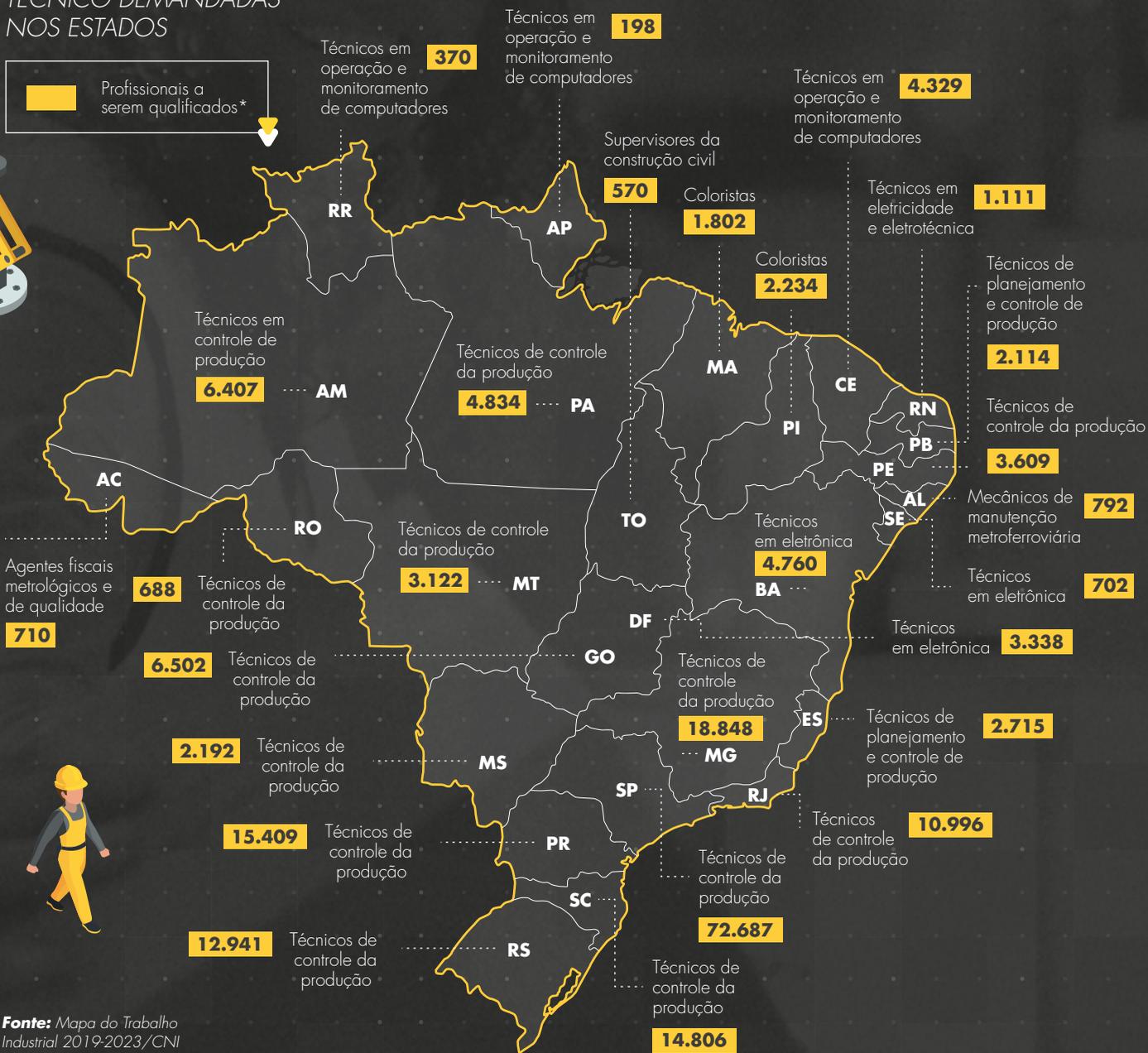
HABILIDADES MAIS DEMANDADAS

- Negociação
- Colaboração
- Criatividade
- Pensamento crítico
- Gestão de pessoas
- Orientação em servir
- Inteligência emocional
- Flexibilidade e adaptação
- Resolução de problemas complexos
- Capacidade de análise, julgamento e tomada de decisões



VEJA AS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO DEMANDADAS NOS ESTADOS

Fonte: Fórum Econômico Mundial



Fonte: Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023/CNI

Da sala de aula para a linha de produção

CURSOS DO SENAI BUSCAM CADA VEZ MAIS FORMAR TRABALHADORES QUE TENHAM LUGAR ASSEGURADO NA INDÚSTRIA, AO MONITORAR AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS E AS NECESSIDADES DO SETOR PRODUTIVO

CONHECIMENTO das novas tecnologias, como Big Data e Internet das Coisas, habilidade para gerenciar equipes, capacidade de avaliar, de forma crítica, novos problemas e aprendizado constante. Essas são algumas das habilidades que o mercado de trabalho exige dos profissionais que estão empregados e também daqueles que estão buscando um emprego, conforme estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Fórum Econômico Mundial.

Com a recuperação da economia, as profissões ligadas a tecnologia devem ser as mais procuradas nos próximos anos na área industrial, de acordo com o *Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023*, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para subsidiar sua oferta de cursos. Principal instituição de qualificação da mão de obra industrial no Brasil, o SENAI teve, em 2019, mais de 100 mil matrículas apenas nos dez cursos técnicos com maior procura, que têm duração média de 18 meses e enfoque em aulas práticas.



QUANTO GANHAM

OS PROFISSIONAIS DOS CURSOS
MAIS PROCURADOS EM 2019



CURSO	MÉDIA SALARIAL
Eletrotécnica	R\$ 4.888,00
Eletromecânica	R\$ 4.779,00
Mecânica	R\$ 4.535,00
Automação industrial	R\$ 9.653,00
Manutenção automotiva	R\$ 2.054,00
Segurança do trabalho	R\$ 3.707,00
Mecatrônica	R\$ 4.587,00
Eletroeletrônica	R\$ 2.996,00
Administração	R\$ 4.121,00
Edificações	R\$ 3.857,00

▼
A infraestrutura do SENAI, com equipamentos de ponta e mais de mil unidades fixas e móveis, enfatiza a formação profissional nas áreas de ponta de cada região do país



No ano passado, cursos nas áreas de eletrotécnica, eletromecânica, mecânica, automação industrial e manutenção automotiva foram os mais procurados por estudantes que se matricularam nas unidades do SENAI (587 fixas, 457 móveis e dois barcos-escola na região amazônica). Para Felipe Morgado, gerente-executivo de Educação Profissional do SENAI, as diferentes trajetórias de ensino oferecidas pela entidade são excelentes opções de qualificação para os quase 12 milhões de brasileiros que estão desempregados.

“Um aluno que conclui um curso do SENAI está 100% preparado para atuar no mercado de trabalho. Ele tem atividades teóricas e práticas, além da convivência com a empresa”, ressalta o executivo. Morgado acrescenta que o profissional que está empregado também precisará continuar estudando. “Novas tecnologias surgem constantemente e ele vai ter que se atualizar. O SENAI vem lançando uma série de cursos de aperfeiçoamento nessas tecnologias cada vez mais

requisitadas pelas empresas, como o uso de inteligência artificial, Big Data, aplicativos com Internet das Coisas e sensores”, explica o executivo.

Além de habilidades cognitivas, o SENAI tem incorporado em seu currículo a formação de *soft skills*, que são as competências que envolvem a personalidade e o comportamento dos profissionais, fatores que têm enorme influência na qualidade do relacionamento com superiores, subordinados e equipes. “O grande desafio da educação profissional é esse alinhamento da oferta e da demanda e não tem sentido fazer cursos de educação profissional sem estar alinhado à demanda do setor produtivo em todos os seus aspectos”, diz Morgado.

SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, afirma que diversos estudos internacionais mostram uma transformação muito grande em todos os modos de

COMO VAI
FUNCIONAR

O EMPREGA MAIS, PARCERIA DA CNI
COM O MINISTÉRIO DA ECONOMIA

The graphic features a blue background with white and dark blue text. It includes line-art illustrations of an airplane, a city skyline with a tall building, and a street scene with cars and pedestrians. On the right side, there are partial icons of a building and a factory.

trabalho e a indústria não escapa disso. “O que ocorre é um processo de substituição de mão de obra pouco qualificada por conta de tecnologia. Houve uma aceleração muito forte desse movimento, que afeta também outros setores”, diz Donato. Segundo ele, não há uma solução simples para melhorar essa situação, senão investir no aumento da qualidade do ensino básico.

Parcerias para ajudar a transformar a realidade educacional brasileira são importantes, como as firmadas recentemente entre a CNI e o governo federal. Uma delas, com o Ministério da Cidadania, tem como foco os jovens entre 18 e 29 anos que não estudam e nem trabalham. Pelo acordo fechado em 2019, a meta é atender, até 2022, 800 mil jovens com aulas de reforço de português e matemática em módulos de 100 horas, e com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais integradas a cursos de qualificação profissional de 200 horas, em média. O programa ajudará a promover a empregabilidade e a geração de renda

dessa parcela da população em situação de vulnerabilidade.

Serão contemplados os jovens inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal, com prioridade para os beneficiários do Bolsa Família. Em parceria com o Ministério da Economia, o SENAI também vai oferecer 1,3 milhão de vagas até 2022, em cursos que englobam conhecimentos tecnológicos fundamentais da indústria 4.0, como inteligência artificial, computação em nuvem e Big Data, além do curso de habilidades socioemocionais. Denominado *Emprega Mais*, os cursos de qualificação são destinados a desempregados, mas poderão ser feitos também pelos trabalhadores que já estão empregados e que precisam se requalificar.

As ofertas de cursos serão feitas pelas escolas do SENAI em cada cidade ou região. Para empresas que desejarem requalificar seus servidores, também será grande a oferta de cursos em formato EaD ou semipresencial. ■

> **SENAI:**
Serão oferecidas **1,3 milhão** de vagas até 2022

> **PEQUENO PORTE:**
Podem participar do programa para capacitar funcionários apenas micro, pequenas e médias empresas

> **INDÚSTRIA:**
Empresas precisam aderir ao programa, definindo quais cursos e quais trabalhadores irão participar

> **GRANDE PORTE:**
Grandes empresas, com perspectivas de ampliação do seu quadro de funcionários, poderão escolher modalidades de cursos do seu interesse e indicar pessoas desempregadas para futuras contratações

Fonte: SENAI/CNI

Vai ser lento

PROFESSOR DA USP E RENOMADO ESPECIALISTA EM ESTUDOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, JOSÉ PASTORE ESTÁ CAUTELOSAMENTE OTIMISTA SOBRE O ANO, DEPOIS DA LONGA CRISE

▼
O setor agroindustrial tem perspectiva muito boa, diz Pastore



APESAR de a economia apresentar um cenário melhor, com a retomada da confiança do empresariado, a geração de empregos em 2020 ainda será lenta, afirma o economista José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP) e especialista na área trabalhista. Para ter um impacto maior, diz ele, seriam necessários investimentos pesados em infraestrutura, empregos com salários maiores e a certeza de que haverá demanda. “A geração de empregos será mais gradual do que a gente gostaria que fosse”, resume Pastore, que tem mais de 20 livros publicados sobre o tema.

Diante dos sinais de aquecimento da economia, quais são as suas perspectivas para este ano e o impacto sobre o mercado de trabalho? O ano de 2020 deve ser melhor que o de 2019 do ponto de vista econômico. Há mais confiança do empresariado, os investimentos devem começar a voltar gradualmente e podemos ter um PIB melhor, mas ninguém consegue, ainda, assinar embaixo. Todo começo de ano estamos fazendo a mesma previsão e acontece alguma coisa no meio que altera essa expectativa inicial. Neste ano, temos eleições municipais, que costumam ser um elemento de impulso para a economia, principalmente do setor de serviços, pequenas indústrias e comércio.

Mas esse impulso terá impacto sobre o emprego? A geração de empregos será mais gradual do que a gente gostaria que fosse. Para ter um impacto profundo e rápido, precisaríamos ter algumas coisas que dificilmente irão acontecer. Número um: investimentos bem pesados em infraestrutura. Talvez o Brasil consiga fazer algumas

privatizações, algumas concessões, mas os investimentos em si devem ficar para 2021. Número dois: comércio e serviços, que sempre empregam mais, têm apresentado um problema, que é empregar mais gente com salário muito baixo. E quando esses setores empregam pessoas com salário muito baixo, a massa salarial não cresce tanto quanto a gente gostaria e isso acaba tendo um impacto negativo no próprio crescimento do emprego. Acho que o emprego cresceria mais se as vagas geradas hoje tivessem salários maiores. A massa salarial cresceu em 2019, mas para que tivesse um impacto relevante precisaria ter muita gente empregada em bons empregos, empregos de renda boa. Isso está aumentando, mas ainda aquém do que a gente precisa para enfrentar os problemas crônicos do mercado de trabalho. O terceiro fator é o seguinte: mesmo tendo a melhoria na confiança do empresário, sempre numa saída de uma recessão tão prolongada e tão profunda como foi a do Brasil, essa saída é feita com muita cautela.

Como assim? As empresas só vão empregar formalmente quando tiverem certeza de que haverá demanda para o seu produto ou serviço. Acho que durante mais um tempo, pelo menos um semestre, deve continuar predominando o trabalho informal. Embora as estatísticas estejam mostrando que essa modalidade de trabalho está arrefecendo um pouco, isso não significa a formalização dos vínculos de trabalho. Acho que esse quadro vai se arrastar pelo primeiro semestre e talvez entrar pelo segundo, com muito trabalho por conta própria. E tem ainda o efeito da tecnologia, que cria oportunidades para uns, mas ceifa outros.

Essa mudança no perfil do profissional contratado pode gerar falta de mão de obra qualificada? Provavelmente vamos ter um pouco de cada inferno. Vamos ter o inferno da falta de mão de obra qualificada e o inferno do excesso de mão de obra que não consegue se recolocar. O impacto tecnológico tem repercussões muito diferenciadas. Se você pegar as tecnologias de ponta, que estão gerando uma demanda muito grande por profissionais especializados, elas abrigam um grupo pequeno de pessoas, que é privilegiado porque a demanda é maior que a oferta. Mas, por outro lado, tem a geração que se beneficia de muitas oportunidades de emprego, como os aplicativos de entrega de comida, nas quais a oferta é muito maior que a demanda e geram trabalhadores de qualidade muito ruim.

Em relação à indústria, o que esperar em 2020? Tenho muita confiança no agronegócio. Acho que vai continuar pujante porque as tecnologias reduzem emprego na agricultura, mas aumentam nas cidades e nas regiões onde o agronegócio prospera. O agroindustrial tem uma perspectiva muito boa. Ainda dentro da indústria, tudo aquilo que está ligado a bens de consumo tem maior perspectiva de crescimento, como os setores de alimentação, de bebidas e vestuário simples. Já o setor de bens de maior valor, como geladeiras, deve demorar um pouco mais em função dos problemas na Argentina. Na construção civil, apesar dos inúmeros lançamentos, a geração de emprego tem sido pequena, talvez porque lançaram no ano passado para construir neste ano. ■

Indústria e



SESI É FINALISTA DE PRÊMIO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE

A Escola SESI Djalma Pessoa, de Salvador, foi a única instituição de ensino médio do Brasil selecionada entre os finalistas do *Prêmio Zayed de Sustentabilidade*. Ela concorreu com o *Programa de Iniciação Científica em Tecnologias Verdes*, que proporciona aos estudantes a construção de conhecimento em educação ambiental, a partir da experimentação prática e prototipagem de projetos autorais de pesquisa e engenharia aplicada em tecnologias sustentáveis. A vencedora, uma escola da Colômbia, foi anunciada no dia 13 de janeiro.

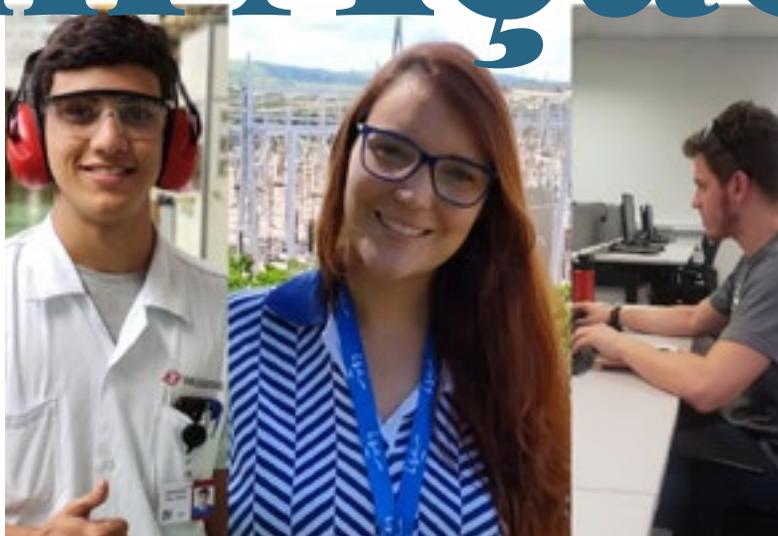
Revista Indústria Brasileira ▶ fevereiro, 2020

SEMINÁRIO DÁ INÍCIO À ELABORAÇÃO DA 25ª AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

Representantes de 65 associações setoriais e das 27 federações da indústria participaram, nos dias 4 e 5 de fevereiro, na sede da CNI, em Brasília, do *Seminário RedIndústria*. No encontro, eles construíram a 25ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria*, documento que reúne propostas que estão em tramitação no Congresso Nacional consideradas estratégicas pela indústria. Em 2019, a *Agenda Legislativa* reuniu 123 proposições, sendo 14 delas parte da Pauta Mínima, o conjunto de temas urgentes e de maior impacto sobre o ambiente de negócios.



m Ação



ESTAGIÁRIOS INOVADORES CONQUISTAM PRÊMIO IEL DE ESTÁGIO 2019

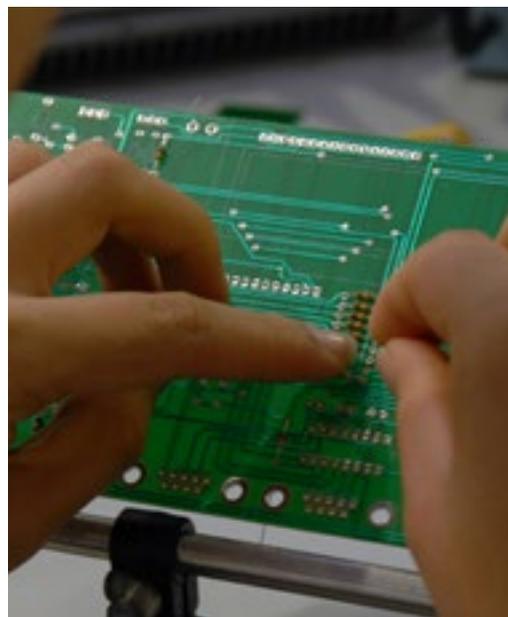
Inovar já no início da carreira. Foi o que fizeram os estudantes Brisa Ribeiro, Raul César Costa e Arthur Henrique Goltz. Eles desenvolveram projetos inovadores nas empresas em que fazem estágio: uma plataforma de ensino técnico a distância na Concessionária de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; uma solução que evita choque de dispositivos na indústria automotiva Musashi do Brasil; e um software de gerenciamento de processos na Brose Brasil. O reconhecimento: eles venceram o *Prêmio IEL de Estágio 2019*.

BRASÍLIA TERÁ CENTRO DE VISITAÇÃO INTERATIVA SOBRE CIÊNCIA E INOVAÇÃO

O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vão inaugurar um espaço interativo dedicado à arte, ciência e inovação até 2022, em Brasília. O espaço SESI SENAI do Futuro funcionará no centro da capital. “O maior objetivo dessa iniciativa pioneira será despertar o interesse das pessoas por ciência e tecnologia a partir de experiências, vivências”, explica o presidente da CNI, Robson Andrade. A implementação do espaço terá apoio do Exploratorium, renomado centro de São Francisco.

CNI E ANATEL DEBATEM INFRAESTRUTURA E POLÍTICA INDUSTRIAL

Representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) reuniram-se, no dia 14 de janeiro, em Brasília, para debater temas como conectividade, indústria 4.0, tecnologia 5G e certificação de produtos. No encontro, a CNI destacou, entre outras questões, a importância de se antecipar a tecnologia 5G, tendo em vista que os novos investimentos no setor industrial já contemplam premissas de automação e operações que exigem conectividade em alto desempenho.



▼
O ingresso na organização não garante o desenvolvimento do país, mas pode acelerar muito a melhoria do ambiente de negócios e o fluxo de investimentos





A caminho da OCDE

ESPECIALISTAS AVALIAM COMO MUITO POSITIVA A ADEÇÃO DO PAÍS À ENTIDADE, QUE JÁ TEM 36 MEMBROS, ENTRE OS QUAIS O VIZINHO CHILE

A ENTRADA do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ganhou fôlego no início de 2020, quando a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília confirmou ter enviado carta à entidade oficializando seu apoio para que o Brasil seja o próximo a iniciar o processo de adesão à entidade.

A medida, tida como resultado da aproximação entre os governos brasileiro e norte-americano, em 2019, é considerada estratégica para a priorização de um país no processo de adesão à organização. Além do Brasil, Argentina, Romênia, Peru, Croácia e Bulgária também almejam se juntar aos atuais 36 membros da entidade.

“A participação na OCDE traria muitos benefícios para a melhoria do ambiente de negócios, pois o Brasil se comprometeria a dar um *upgrade* no arcabouço normativo e de políticas para dar segurança jurídica aos investidores”, avalia a gerente de Política Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri. Para ela, “a aceitação do país funciona como um selo de qualidade”.



Fonte: CNI

Também entusiasta da adesão do Brasil, o senador Nelsinho Trad (PSD/MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, destaca a relevância da metodologia *peer review* (revisão entre os pares) para o desenvolvimento dos países-membros. “Há cobrança permanente entre os pares dos padrões de regulamentação e boa governança. Nessas condições, haverá melhor inserção do Brasil nos fluxos dinâmicos internacionais de comércio e de investimentos”, prevê.

CANDIDATO NATURAL

Além do apoio dos Estados Unidos, outro fator que coloca o Brasil à frente dos demais concorrentes é a grande adesão do país aos instrumentos da OCDE. Dos 254 instrumentos existentes, o Brasil já aderiu a 80 deles (31%) e solicitou adesão a outros 65. Nesse ranking, a Argentina aparece em segundo lugar, com 19%.

Embora não exista uma lista fechada de instrumentos obrigatórios para integrar o grupo, a gerente da CNI explica que, em 2017, a organização estabeleceu o que foi chamado de *Guia de Acesso*. O documento tem como objetivo avaliar os países em relação a três aspectos: estado de

“prontidão”; posição em relação aos valores fundamentais da entidade; e grau de comprometimento político com relação às obrigações de um membro da OCDE.

Dos sete instrumentos obrigatórios indicados no documento, o Brasil já assinou quatro e está em negociação para a assinatura de outros dois. Além disso, já cumpriu as duas iniciativas e a *peer review*, que também são obrigatórias. “O país também está muito bem posicionado em relação a essas exigências. Claro que aderir é o primeiro passo, depois é preciso implementar os instrumentos da maneira como estão previstos”, avalia.

Em entrevista à BBC News Brasil, o representante do Brasil na OCDE, embaixador Carlos Márcio Cozendey, destacou a qualidade dos estudos produzidos pela entidade, capazes de orientar os membros na melhoria dos seus indicadores sociais e econômicos. “A OCDE faz um trabalho de assistência, comparação e aperfeiçoamento de políticas públicas do qual é muito bom poder participar”.

Professor do Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB), Eduardo Viola também lembra que a combinação de segurança de mercado com outros requisitos exigidos pela OCDE, como democracia,

combate à corrupção e proteção ambiental, são características que resultam em um ambiente favorável à prosperidade e impulso aos negócios.

Viola ressalta, ainda, que, embora a maior parte do grupo seja de países ricos, nem todos desfrutam dessa condição. “Há candidatos a ricos e também países que enriqueceram depois da entrada na organização, como a Coreia do Sul”. Ele pondera, contudo, que a entrada na entidade não garante prosperidade ao Brasil. “Isso vai depender de transformações fundamentais que precisam acontecer no país, como as reformas tributária e política”.

QUESTIONAMENTOS

A presença efetiva do Brasil na OCDE, entretanto, não é unanimidade. Entre as críticas estão as de que a organização é um “clube de ricos” e de que o país estaria abrindo mão do seu protagonismo junto aos países em desenvolvimento. Outro ponto diz respeito à renúncia ao tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca do apoio dos Estados Unidos.

Para a gerente de Política Comercial da CNI, essas inquietações não se sustentam. Constanza lembra que o processo de adesão é demorado exatamente porque considera o ponto de partida de cada país. “Há, na natureza da entidade, vocação para abranger países com menor grau de desenvolvimento. É o caso, por exemplo, do Chile, que já é membro, e da Costa Rica e da Colômbia, que estão em processo de adesão”.

Ela ressalta, ainda, que a agenda da OCDE é muito rica para o debate ficar focado em política externa. “A gente perde o foco do ganho do país como um todo”. E completa: “é ao lado dos bons que você fica melhor”.

Também enfático sobre as vantagens da adesão, Eduardo Viola, da UnB, garante que a perda das vantagens no âmbito da OMC é muito pequena em comparação aos ganhos da entrada na OCDE. “Com a entrada na organização, o país se torna seguro jurídica e contratualmente, o que resolveria parte dos problemas em relação à atração de investimentos estrangeiros”.

Sobre o papel desempenhado pelo país, Viola também é taxativo: “o Brasil não é mais protagonista do mundo em desenvolvimento”. De acordo com ele, o país retrocedeu e perdeu a relevância que já teve um dia. “Quando ocorreu a grande valorização das *commodities*, foi criada uma expectativa ilusória sobre o Brasil, mas o momento não foi aproveitado para aumentar a produtividade e a competitividade sistêmicas da economia brasileira”, lamenta.

Para o professor, as chances de o Brasil ser realmente protagonista estão vinculadas à sua admissão na OCDE. “Se, ao entrar na entidade, o país fizer as coisas da forma correta, aumentando a produtividade e melhorando a educação, aí sim pode novamente ganhar influência no mundo”. ■

Fonte: CNI

Guia de acesso para países candidatos: o Brasil já fez quase todo o dever de casa

LEGENDA:



CUMPRIDO

EM NEGOCIAÇÃO



AINDA NÃO NEGOCIADO

7 instrumentos obrigatórios

Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais

Recomendação sobre os Princípios para Formulação de Políticas da Internet

Princípios de Governança Corporativa da OCDE

Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais

Código de Liberalização dos Movimentos de Capitais **EM NEGOCIAÇÃO**

Código de Liberalização de Operações Correntes Intangíveis **EM NEGOCIAÇÃO**

Boas Práticas de Estatística

3 iniciativas obrigatórias

Fórum Global sobre Troca de Informações e Transparência para Fins Fiscais

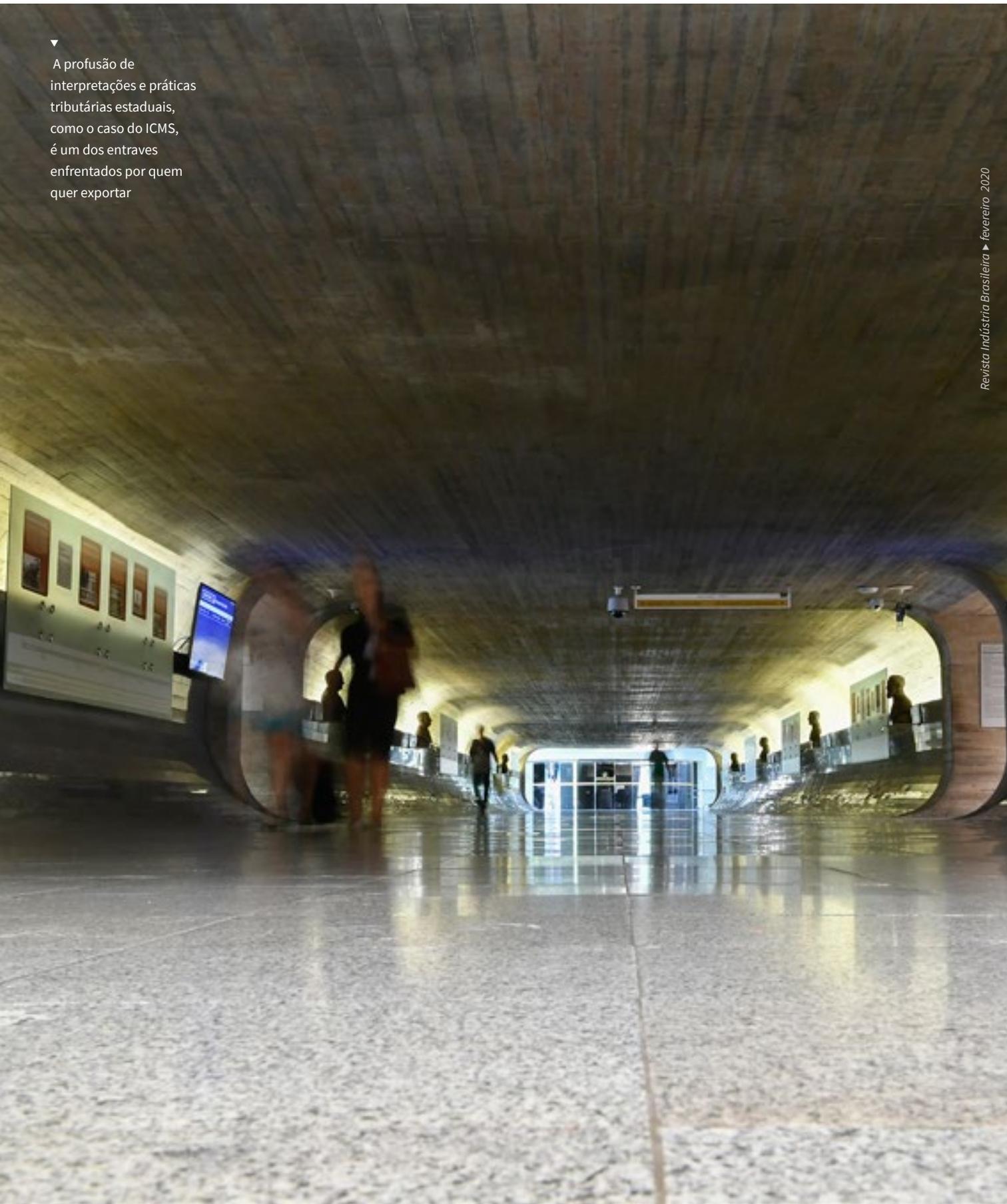
Estrutura Inclusiva da OCDE/G20 sobre Medidas de Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (Iniciativa BEPS)

Uma *peer review* obrigatória

▼ Competitividade



A profusão de interpretações e práticas tributárias estaduais, como o caso do ICMS, é um dos entraves enfrentados por quem quer exportar





Uma luz no fim do túnel

CONGRESSO DISCUTE REFORMA TRIBUTÁRIA, QUE PODE REVER ERROS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO QUE DIFICULTAM A INSERÇÃO DO SETOR PRODUTIVO NO MERCADO INTERNACIONAL, MAS TAMBÉM ANALISA PROPOSTAS QUE AGRAVAM AINDA MAIS ESSA REALIDADE

A DIFICULDADE de recuperar créditos acumulados e a tributação indevida das exportações fazem, há anos, com que empresas brasileiras percam em competitividade no mercado externo. O setor produtivo, entretanto, acredita que a reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional, pode solucionar grande parte desses complicados entraves com inovações regulatórias simples.

“Esse ano, iremos acompanhar de perto a reforma tributária”, informa a gerente de Política Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri. Segundo ela, “se a proposta for ambiciosa o suficiente, essa será a solução estrutural para os problemas do comércio exterior, uma das áreas mais prejudicadas pela peculiaridade do sistema tributário brasileiro”.

A depender da forma final do texto, será solucionado um dos principais gargalos da área: a dificuldade de compensar

“**A partir do momento em que você incide tributo sobre a exportação de serviços ou materiais, você desestimula investimentos no Brasil, pois, nos outros países, não há esse tipo de tributação**”

créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações.

Pesquisa realizada pela CNI constatou que empresas exportadoras enfrentam, de fato, dificuldades para recuperá-los. Os dez maiores estados exportadores brasileiros colocam limitações indevidas para as empresas compensarem os créditos. Governos estaduais impõem condições para o uso dos créditos tanto no pagamento das dívidas quanto na transferência a ou-

tras empresas, em confronto com a legislação. São restrições que não deveriam ser aplicadas, pois, segundo a Constituição Federal e outras normativas, não deve existir um tributo na exportação.

“A interpretação da Lei Kandir permite que estados coloquem essas limitações indevidas, fazendo com que o Brasil des-toe bastante em relação a outros países”, esclarece Negri.

A Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996), bastante ampla, trata de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços. A avaliação é de que ela precisa ser aprimorada. “A CNI, juntamente com parlamentares, tem trabalhado numa proposta para fazer ajustes no texto da Lei Kandir, para que os estados não consigam aplicar essas limitações indevidas”, esclarece a analista de Políticas e Indústria da CNI, Alessandra Matos.

A título de comparação, na Europa é possível recuperar, de forma fácil e rápida, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). No México e na Inglaterra, em menos

de 20 dias, o contribuinte consegue pegar de volta todo o imposto que pagou na importação se conseguir comprovar que o produto foi exportado. Por aqui, o contribuinte não consegue nenhuma restituição.

REGIMES ESPECIAIS

Nesse sentido, especialistas avaliam que é importante manter regimes aduaneiros especiais, como *drawback*, *recof* e *recof-sped*, que suspendem tributos desde a importação até a exportação. São alternativas para que o contribuinte não fique com um saldo credor de impostos que, na prática, é difícil de ser restituído.

“Os regimes especiais para os exportadores são fundamentais diante de toda a complexidade de uma carga tributária alta e da falta de mecanismo real que o governo tem em devolver os tributos”, analisa Carlos Lopes Ramos, diretor tributário da empresa digital industrial GE Celma, membro do *Fórum de Competitividade das Exportações* (FCE). O executivo diz que “a promessa da reforma tributária é que regimes aduaneiros especiais sejam garantidos para os exportadores, para eliminar esse custo financeiro que, na prática, pode tornar a operação de exportador inviável”.

Além da manutenção dos regimes especiais, é preciso aprimorar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que devolve parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente. Porém, é preciso elevar a sua alíquota para dos atuais zero para 3%, enquanto não for aprovada a reforma tributária.

Outro desafio da área é a diminuição da alíquota do imposto de renda para pessoa jurídica, que hoje é de, aproximadamente, 34%, uma das mais altas do mundo. “A expectativa é que ele passe para algo próximo a 20% e deixe o país mais próximo do comportamento de outros países do *top line* de competitividade”, avalia Carlos Ramos. “A partir do momento em que você incide tributo sobre a exportação de serviços ou materiais, você desestimula investimentos no Brasil, pois, nos outros países, não há esse tipo de tributação”, opina o diretor da GE Celma.

▲
Carlos Lopes Ramos

diretor Tributário
da GE Celma

Por que
não tributar
adicionalmente
as exportações
do Brasil

(Estimativas de impacto
se aprovadas as PECs
42/2019 e 201/2019)



A tributação de **13%** sobre as exportações de bens primários e semielaborados reduzirá em **5%** as exportações totais do Brasil, o equivalente a **R\$ 43 bilhões**;



Essa queda reduzirá em **R\$ 58,7 bilhões** o PIB brasileiro;



Com impacto em **728 mil postos** de trabalho;



Com redução de **R\$ 1,5 bilhão** de massa salarial; e



Com diminuição de **R\$ 22,4 bilhões** no consumo.

Fonte: LCA Consultores
e CNI

Atualmente, estão em discussão no âmbito do Legislativo duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que propõem voltar a tributar as exportações. Vistas como um verdadeiro retrocesso, as PECs 42/2019 e 201/2019, pretendem aplicar o ICMS às exportações brasileiras de bens primários, semielaborados e de serviços. Caso sejam aprovadas pelo Congresso, haverá impacto negativo para a economia, além de uma piora no sistema tributário brasileiro.

RETROCESSOS

De acordo com estudo da LCA Consultores e da CNI, com base em simulação por meio do Modelo de Equilíbrio Geral Computável, a tributação de 13% de ICMS sobre as exportações iria diminuir em 5% as exportações totais do Brasil (uma perda de R\$ 43 bilhões), reduzindo em R\$ 58,7 bilhões o PIB brasileiro e retirando 728 mil postos de trabalho. Haveria, ainda, uma diminuição de R\$ 1,5 bilhão da massa salarial e de R\$ 22,4 bilhões no consumo. Além disso, uma menor exportação significaria menor produção para vários outros setores da economia, inclusive não exportadores.

Outra prioridade da área do comércio exterior é aprimorar o conceito de exportação de serviços para reduzir a insegurança jurídica e a discricionariedade na interpretação da legislação. Os mercados de serviços e de bens já estão bastante interligados, e, muitas vezes, é difícil diferenciá-los. A Lei Complementar 116/2019 não conceitua a exportação de serviços de forma clara e, como consequência, há diferentes interpretações do fisco municipal e uma tributação indevida das exportações.

Outra questão que merece atenção é a importação de serviços e a redução da carga tributária, incluindo a não incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre remessas ao exterior relacionadas à transferência de tecnologia. “Às vezes, a empresa importa o serviço e não está transferindo uma tecnologia de fato, mas, na prática, pelo arcabouço brasileiro, é considerado como se estivesse. São tributos que criam muitos efeitos negativos perversos para a indústria, pois ela importa muitos serviços, sobretudo a indústria de alto valor agregado”, explica Constanza Negri, da CNI. ■



Graduais, horizontais e transparentes

ESSAS SÃO AS CHAVES PARA FIRMAR ACORDOS COMERCIAIS BEM-SUCEDIDOS, SEGUNDO DAN IOSCHPE, PRESIDENTE DO IEDI

▲ O presidente do IEDI não espera uma redução do “custo Brasil” em 2020

UM DOS mais atentos especialistas em comércio exterior no país, Dan Ioschpe tem MBA pela Tuck School of Business (EUA) e, no ano passado, assumiu a presidência do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), *think tank* com sede em São Paulo, fundado em 1989 para atuar na formulação de uma política industrial mais eficiente. O executivo, ex-presidente da fabricante de rodas automotivas Ioschpe-Maxion, vê com otimismo o novo ciclo de abertura comercial do país, iniciado em 2019, mas alerta para a importância do gradualismo. “Na medida em que você tem instrumentos acordados e que toda a cadeia de valor está razoavelmente na mesma velocidade de integração, tudo tende a funcionar melhor”, defende.

Como o senhor avalia a atual política comercial do país e seus desdobramentos para o setor industrial? A integração do Brasil com o mundo é muito favorável, inclusive o país estava atrasado nessa agenda. A adoção de acordos comerciais é uma prática bastante positiva, desde que não sejam contratos unilaterais. Isso porque, para que sejam vantajosos, esses pactos precisam

atender a três critérios essenciais: devem ser adotados de forma gradual, respeitando a velocidade de integração e a melhoria das condições competitivas; devem ser horizontais, para que não sejam eleitos vencedores e vencidos; e devem ser transparentes, para que todos os agentes econômicos tenham o claro entendimento da política e de seus contornos.

Em relação à tendência de redução das medidas protecionistas, tem havido equilíbrio entre a abertura comercial e a defesa de setores sensíveis? Como acreditamos na horizontalidade, não vemos muito essa lógica setorial. Na medida em que você tem instrumentos acordados e que toda a cadeia de valor está razoavelmente na mesma velocidade de integração, tudo tende a funcionar melhor. A busca por arranjos diferenciados, especialmente dentro de uma mesma cadeia, acaba por eleger vencedores e vencidos. Por isso, a importância do gradualismo, já que o “custo Brasil” não se resolve do dia para a noite, e da horizontalidade.

Segundo o Ipea, até novembro de 2019 o consumo de bens importados no país

cresceu 3,6% ante o recuo de 0,6% de bens nacionais. Quais medidas são necessárias para tornar a indústria brasileira mais produtiva e competitiva tanto para o mercado externo quanto para o interno? Da porta para dentro existe bastante competitividade. Contudo, quando envolvemos aspectos como infraestrutura, logística, tributação e segurança jurídica, fica evidenciada a grave ineficiência brasileira em relação a boa parte do mundo. De modo geral, a solução para o aumento da competitividade global é sistêmica e está relacionada ao avanço das pautas da modernização da indústria e do combate ao “custo Brasil”.

O Ipea também constatou que, até novembro de 2019, a produção industrial do país havia recuado em 1,1%. A que o senhor atribui esse desempenho? Acredito que o principal fator seja a crise da Argentina, destino importante do produto industrial brasileiro, que teve redução muito expressiva na sua demanda doméstica. No setor automotivo, por exemplo, a demanda caiu em 50%. Fora isso, a indústria brasileira tem apresentado pequenos avanços nos últimos tempos, mas tem avançado.

Para 2020, quais são as expectativas do setor industrial e em que medida elas dialogam com a política comercial do país? A aposta é em um crescimento mais robusto do que o verificado em 2019. Ao menos aparentemente, o setor da construção civil terá um avanço mais significativo, puxando a atividade industrial, bem como a geração de emprego e de renda. Em relação ao cenário das exportações, a questão da Argentina não deve ter uma alteração favorável, então seguiríamos tendo esse freio, mas com um crescimento doméstico mais significativo em relação ao verificado no ano passado.

Algum espaço para resolvermos questões estruturais como o “custo Brasil” neste ano? Sobre o “custo Brasil”, não creio que aconteçam alterações relevantes a curto prazo. Se pegarmos como exemplo a questão tributária, os projetos em tramitação preveem transições de cerca de dez anos. Sendo assim, espero que a política de integração com o mundo prospere respeitando essas circunstâncias e que o país siga avançando na confecção de acordos comerciais e garantindo, em todos os processos, o gradualismo, a horizontalidade e a transparência. ■

Indústria brasileira perde participação no mercado mundial

HOUVE QUEDA NAS EXPORTAÇÕES E NA PRODUÇÃO MUNDIAL EM 2018, SEGUNDO O MAIS RECENTE ESTUDO GLOBAL, COM DADOS DA OCDE E DA UNIDO

APÓS dois anos de recuperação, a indústria de transformação brasileira perdeu espaço no mercado mundial em 2018. É o que mostra o estudo *Desempenho da Indústria no Mundo*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido).

A participação das exportações da indústria de transformação caiu de 0,93%, em 2017, para 0,90%, em 2018. O setor ficou menos competitivo também com base no seu desempenho na produção, empatando com a Indonésia no 9º lugar no ranking

PARTICIPAÇÃO DA
INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO NO
MUNDO

global. A participação do Brasil no valor adicionado da indústria de transformação mundial caiu pelo quinto ano consecutivo, de 1,90%, em 2017, para 1,83%, em 2018.

“A perda de importância da indústria brasileira na produção industrial mundial é uma tendência de longo prazo, mas se intensificou nos últimos anos em razão da crise interna, uma das mais severas já ocorridas”, explica a economista da CNI Samantha Cunha. Segundo ela, “problemas estruturais antigos prejudicam nossa competitividade, como a complexidade do sistema tributário brasileiro, que gera insegurança jurídica e aumenta os custos das empresas”.

CENÁRIO EXTERNO

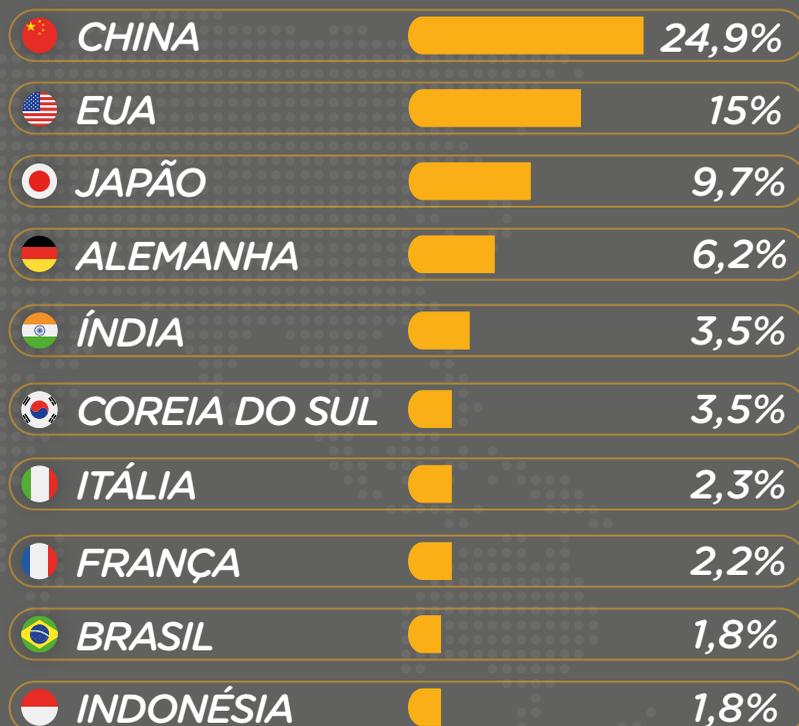
No front internacional, a crise na Argentina e a volatilidade cambial também ajudam a explicar o baixo desempenho das exportações brasileiras, segundo o estudo da CNI. O país vizinho é o segundo principal destino das exportações da indústria de transformação brasileira e vem

enfrentando dificuldades para sustentar a atividade econômica.

As tensões comerciais entre Estados Unidos e China e o aumento de barreiras comerciais também levaram à desaceleração do comércio global, diz o estudo. A taxa de crescimento do comércio mundial de bens, em volume, caiu de 5,8%, em 2017, para 3,7%, em 2018, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para 2019, a instituição projeta crescimento de apenas 0,9% no comércio mundial de bens.

Em 2018, houve, ainda, uma forte volatilidade cambial, ligada às incertezas em torno das eleições presidenciais no Brasil e à política de aumento de juros nos Estados Unidos.

Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Reino Unido e Argentina também perderam participação nas exportações da indústria de transformação mundial, entre 2017 e 2018, considerando apenas a lista dos 11 principais parceiros comerciais do Brasil. A China teve o melhor desempenho: respondeu por 15,63% das exportações do segmento. ■



◀ Fonte: Elaborado pela CNI, com base em estatísticas da UNIDO.

Termômetro

CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO É A MAIOR DESDE JUNHO DE 2010

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) subiu para 65,3 pontos em janeiro e está 10,5 pontos acima da média histórica. “Os empresários estão mais otimistas porque percebem melhoras no ambiente de negócios”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo. Os juros e a inflação estão menores e há um aumento da demanda e da produção. Desde o fim de 2019, há uma melhora da atividade.



▲ Fonte: CNI / Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) - Janeiro de 2020. Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam maior confiança.

MAIS OTIMISMO, MAIS DISPOSIÇÃO PARA INVESTIR

Depois de quatro elevações sucessivas, o índice de intenção de investimento dos empresários alcançou o maior nível dos últimos seis anos em janeiro. Todos os indicadores de expectativas da *Sondagem Industrial*, da CNI, estão acima dos 50 pontos, o que mostra que os empresários esperam o crescimento da demanda, das exportações, das compras de matérias-primas e do número de empregados nos próximos seis meses.



▲ CNI/ *Sondagem Industrial* - Janeiro de 2020

*Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam expectativa de crescimento

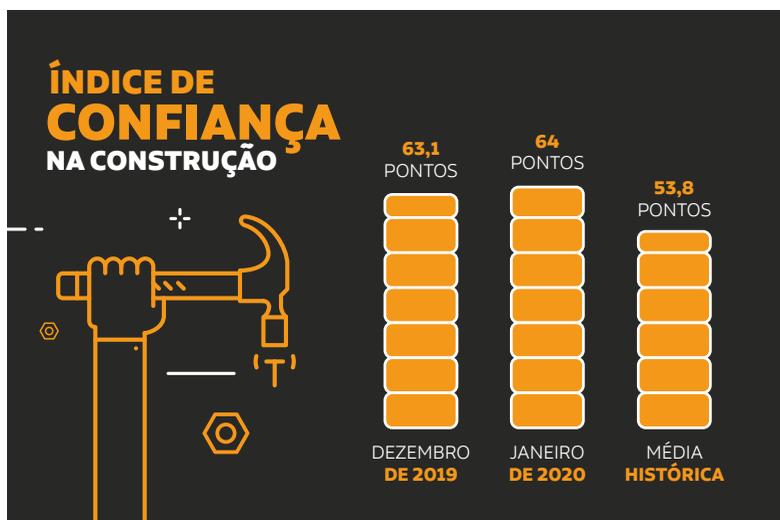
** Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria

Econômico



NO SETOR DE CONSTRUÇÃO, CONFIANÇA TAMBÉM DISPARA

Ao atingir 64 pontos em janeiro, o índice que mede a confiança do empresário da construção alcançou o maior nível desde 2010. O indicador faz parte da *Sondagem Indústria da Construção*, da CNI, e está 10,2 pontos acima da média histórica. A alta foi puxada pela percepção de melhora das condições atuais da economia brasileira, com juros baixos e inflação controlada, diz a CNI.



▲ CNI/ *Sondagem Indústria da Construção* - Janeiro de 2019. Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam maior confiança.

ANTES DO OTIMISMO, OS INDICADORES REGISTRARAM QUEDAS E ESTABILIDADE

Os últimos *Indicadores Industriais*, divulgados pela CNI, mostram leve freio na queda. O faturamento real da indústria caiu 0,6% em novembro frente a outubro; as horas trabalhadas na produção e o emprego ficaram estáveis; a massa salarial real registrou queda de 0,1%; e o rendimento real, por sua vez, baixou 0,3%. Segundo a Confederação, a expectativa é de recuperação do setor no 1º semestre de 2020.



▲ Fonte: CNI / *Indicadores Industriais* - novembro de 2019

Giro Brasil

INDÚSTRIA MINEIRA UNIDA PARA AJUDAR VÍTIMAS DAS CHUVAS

▶ Mais de 145 mil litros de água potável, 10 mil cestas básicas e 8 mil colchões. Esse foi o total arrecadado até 3 de fevereiro pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e sindicatos regionais em apoio a empresários e trabalhadores da indústria local após as fortes chuvas na região. O SENAI criou uma força-tarefa que atua em três frentes: limpeza técnica, manutenção dos equipamentos dos pátios industriais e reestabelecimento da energia elétrica. O projeto continuará até o fim do período chuvoso.



revista Indústria Brasileira > fevereiro 2020



SENAI PIAUÍ CONCLUI MAIS UMA TURMA DO CURSO DE JOVEM APRENDIZ

◀ Os 46 formandos do curso de assistente administrativo oferecido pelo SENAI de Teresina receberam seus certificados em uma solenidade no dia 17 de janeiro, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI). Com duração de 800 horas, o curso, que faz parte do programa *Jovem Aprendiz*, foi realizado nos últimos 12 meses em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Esse programa prepara o jovem para o primeiro emprego, no qual o aprendiz é contratado por tempo determinado.



SESI ALAGOAS INAUGURA CENTRO MULTIMÍDIA NO INTERIOR DO ESTADO

▼ Em parceria com a Prefeitura de Cacimbinhas, município localizado a 176 km de Maceió, o Serviço Social da Indústria (SESI) de Alagoas inaugurou, no dia 15 de janeiro, mais uma unidade do programa *Indústria do Conhecimento*. O centro multimídia é equipado com dez computadores, possui uma biblioteca com cerca de 4,5 mil livros, CDs e DVDs com conteúdos literários e científicos. O espaço incentiva a pesquisa e busca ampliar as oportunidades da população no mercado de trabalho também com a oferta de cursos.



CONFIANÇA EM ALTA ENTRE OS EMPRESÁRIOS DE RORAIMA

O *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) de Roraima subiu 3,3 pontos em janeiro de 2020 na comparação com dezembro de 2019, alcançando 54,7 pontos. De acordo com a pesquisa, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIERO), o ano começa com a perspectiva de grandes investimentos, em especial nos setores de construção civil e de alimentos. Outro fator de destaque é o crescimento econômico da Guiana. Muitos empresários locais apostam no aquecimento do comércio com o país vizinho.

PARCERIA EM SERGIPE QUALIFICA PROFISSIONAIS

Curso gratuito para quem precisa. Foi o que proporcionou o *Projeto de Interiorização*, uma parceria da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) com a Prefeitura de Aracaju. Ao todo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no estado ofereceu 120 vagas em oito cursos diferentes de qualificação profissional, como eletricista automotivo e produtor de derivados do leite. A atuação conjunta com a prefeitura da capital visa capacitar e estimular o ingresso dos beneficiários de políticas públicas de assistência social no mercado de trabalho.

▶ Ainda que alguns equipamentos industriais exijam investimentos altos, a lógica de boa parte da 4ª revolução industrial requer mesmo é o uso inteligente de dados e informações a favor da produtividade, o que pode ser implantado em negócios de qualquer porte

A indústria 4.0 é para todos

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS AUMENTARAM SUA PRODUTIVIDADE EM 22% COM PROGRAMA-PILOTO *INDÚSTRIA MAIS AVANÇADA*, DO SENAI

MUITA gente ainda acredita que falar de indústria 4.0 é falar de tecnologias complexas, extremamente caras, e que somente grandes empresas com atuação internacional têm acesso ao novo modo de produção. Isso era o que pensava a pequena indústria de Salvador Japastel, que produz massas para pastel e pizza. Depois de instalar sensores na máquina de empacotamento de pizza, a empresa elevou a capacidade produtiva em 33% entre 2018 e 2019, sem aumentar o número de colaboradores e os custos.

“A tecnologia ajudou a otimizar o tempo e diminuiu o desperdício. Com isso foi possível aumentar o lucro, pois conseguimos utilizar melhor a matéria-prima”, explica Rose Fukuhara, dona da Japastel, que mudou sua percepção do que é a indústria 4.0. “Antes eu achava que o investimento seria muito alto”, diz.

O equipamento custou cerca de R\$ 3 mil e foi instalado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como parte do programa-piloto *Indústria Mais Avançada*, executado entre maio de 2018 e outubro de 2019 em 43 empresas de 24 estados.

O projeto da pastelaria foi o primeiro a testar no Brasil, nas cinco regiões, o impacto na produção do uso de ferramentas de baixo custo, como sensoriamento, computação em nuvem e Internet das Coisas (IoT). As tecnologias digitais da indústria 4.0 permitiram aumentar em 22%, em média, a capacidade produtiva de micro,

“O ganho de produtividade está mais relacionado com o quanto se aprende com o processo produtivo, e como esse aprendizado se transforma em ações concretas”

pequenas e médias empresas dos segmentos de alimentos e bebidas, metalmeccânica, moveleiro, vestuário e calçados.

As empresas participantes já possuíam bom índice de produtividade antes do piloto, pois tinham passado pelo programa do governo federal *Brasil Mais Produtivo*, também executado pelo SENAI. O programa elevou em 52%, em média, a produtividade de três

mil micro, pequenas e médias indústrias utilizando técnicas de manufatura enxuta (*lean manufacturing*). Após as duas etapas de atendimento de consultores do SENAI, as companhias aumentaram em 85%, em média, sua capacidade de produzir sem alterar o quadro de funcionários.

Os especialistas do SENAI instalaram sensores, que coletam dados, e coletores, para armazená-los. As informações eram transmitidas para a plataforma *Minha Indústria Avançada* (MInA), que podia ser acessada por meio de tablets e celulares. Assim, os gestores acompanham, em tempo real, o desempenho da linha de produção, com maior controle de indicadores do processo, e podem antecipar-se a eventuais problemas.

“O objetivo do programa-piloto *Indústria Mais Avançada* é refinar um método de baixo custo, alto impacto e rápida implementação, que ajude as empresas brasileiras a se inserirem na 4ª revolução industrial. A

iniciativa do SENAI prova que a indústria 4.0 é para todos: qualquer tipo de empresa, em qualquer estado do Brasil”, explica o diretor-geral da instituição, Rafael Lucchesi.

As indústrias da Região Nordeste foram as que mais tiveram ganhos de produtividade com o *Indústria Mais Avançada*, com aumento médio de 28%. No Centro-Oeste, o incremento foi de 22%, mesmo índice da Região Norte. Em seguida, estão empresas do Sudeste (18%) e do Sul (6%).

De acordo com o gerente-executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI, Marcelo Prim, as empresas que obtiveram maiores ganhos com as tecnologias digitais foram as que utilizavam menos técnicas de gerenciamento da produção antes de participar do programa. “A técnica nova, ao ser introduzida em uma empresa que utiliza poucos métodos de gestão, proporciona um ganho maior em produtividade”, afirma.

GANHOS SIGNIFICATIVOS

Em relação ao segmento da empresa, todas as áreas atendidas tiveram, em média, um ganho significativo de produtividade, mas com pequenas diferenças em relação a quanto cada um conseguiu incorporar a nova tecnologia a seu processo produtivo. “Concluimos que o ganho de produtividade está mais relacionado com o quanto se aprende com o processo produtivo, e como esse aprendizado se transforma em ações concretas. Trata-se mais de uma ciência de dados e de capacitação de pessoas do que de automação de processos produtivos”, destaca Prim.

As microempresas foram as que mais se beneficiaram do uso inicial de tecnologias digitais. “É provável que tenha sido a primeira vez que a empresa parou para analisar seu processo produtivo e conseguiu compreendê-lo de uma forma ampla”, afirma. “Observamos que as tecnologias da indústria 4.0 são uma grande oportunidade, especialmente para as micro e pequenas empresas”, complementa Prim.

A análise dos resultados do programa-piloto também mostrou que a percepção do ganho obtido com a tecnologia é muito afetada pelo porte da empresa. As médias e grandes empresas tendem a investir

▲ **Marcelo Prim**
gerente-executivo de
Inovação e Tecnologia
do SENAI

em tecnologias da indústria 4.0 para dar continuidade aos esforços de aumento de produtividade. Os micro e pequenos empresários, por sua vez, valorizam mais a agilidade permitida pelo sistema.

De Taboão da Serra (SP), a produtora de portas e janelas de metal 3A Alumínio aumentou em 25% sua produtividade após adotar tecnologias digitais com o projeto do SENAI. A empresa possui 90 colaboradores e nela foram instalados sensores em quatro estações de trabalho que produzem folhas de alumínio.

“O benefício foi grande. Tive um ganho de produtividade e hoje consigo ver a performance de cada estação de trabalho em tempo real”, conta o empresário Domingos Moreira Cordeiro. A indústria já havia passado pelo *Brasil Mais Produtivo*, em 2017, quando conseguiu ganhos de 86% em seu sistema produtivo.

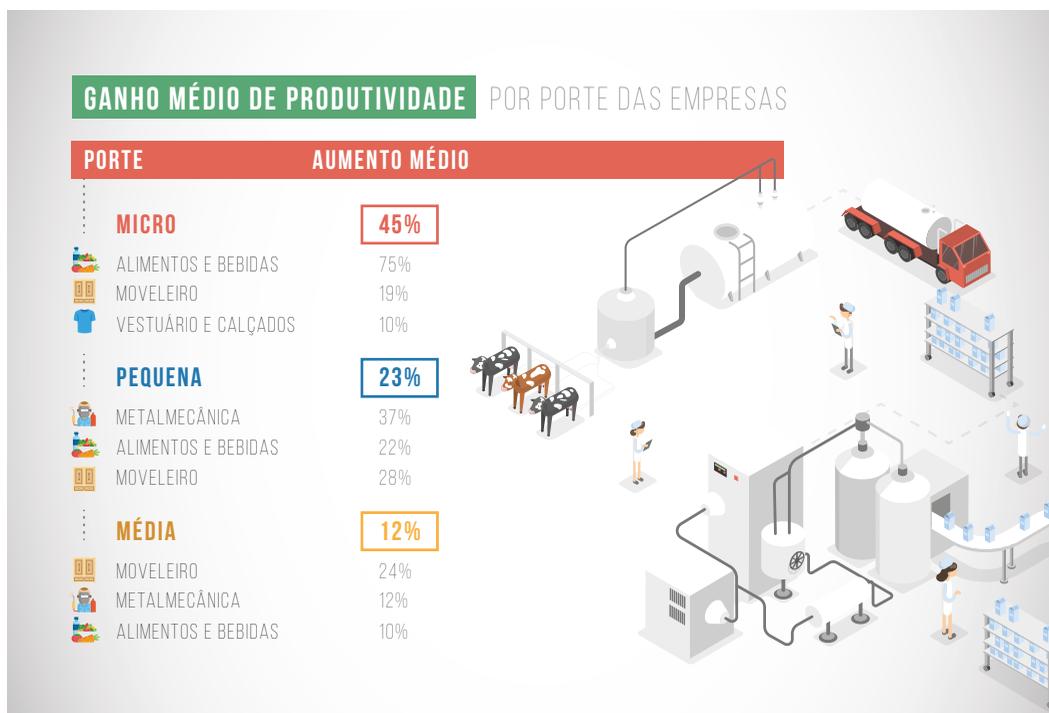
A experiência realizada pelo SENAI, a primeira com indústria 4.0 da empresa, estimulou o empresário, que é engenheiro mecânico, a desenvolver, com a ajuda de sua equipe de Tecnologia da Informação, um novo sistema que controla a saída do produto final, assim como as ordens de serviços em execução, o processo de



montagem e o tempo-padrão de produção.

“Sou um aficionado por indústria 4.0 e, quando comecei a pesquisar, achava que era coisa para grande empresa. Com o tempo, eu vi que essa percepção não era real, que eu podia implantar na minha empresa”, conta. ■

▲ Domingos Cordeiro aumentou a produtividade da 3A Alumínio com sistema de controle de produção



◀ Fonte: SENAI/Programa Indústria Mais Avançada - 2019



Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável pode gerar 70 mil empregos em dez anos

WILLIAM WILLS

▲
Sócio da EOS Estratégia & Sustentabilidade

O *Acordo de Paris* prevê a implantação do *Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável* (MDS), que permitirá ao setor privado investir em projetos de redução de emissões e gerar os “créditos de carbono”, que podem ser vendidos a outros países para cumprir seus compromissos de mitigação de emissões, por meio do futuro mercado de carbono global, como ocorreu em Kyoto com o *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL). Este, de acordo com dados do Ipea, gerou investimentos de US\$ 32 bilhões nos últimos 15 anos na economia brasileira, deixando de lançar 124 milhões de toneladas de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) na atmosfera, sendo quase 50% evitadas por projetos da indústria.

Nos últimos dois anos, um dos pontos que vem fazendo com que as negociações internacionais do clima não avancem de forma satisfatória é o “ajuste correspondente” de emissões. Este consiste no arrocho de metas de emissões de GEE previstas no Acordo de Paris, proporcional aos créditos de carbono vendidos. Em casos como o do Brasil, que possui meta ambiciosa de reduzir 37% das emissões em 2025 e 43% das emissões em 2030 em relação a 2005, se isso não for realizado em determinadas condições, pode haver consequências negativas na competitividade econômica do país e da indústria.

Em recente estudo que elaboramos a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avaliamos os impactos macroeconômicos decorrentes da aplicação do ajuste correspondente com a venda de 380 milhões de toneladas de créditos de carbono. Os resultados mostraram que, para o ajuste correspondente ser viável economicamente para esse volume de emissões, há quatro condições principais: o preço internacional do carbono deve ser superior a US\$ 39/tCO₂ (o preço médio em Kyoto atingiu US\$ 22/tCO₂); as medidas de modernização da indústria devem ser financiadas por recursos externos; deve-se garantir o cumprimento integral dos compromissos do Brasil no Acordo de Paris, com investimentos superiores a US\$ 450 bilhões, conforme estimativas da CNI; e precisamos alcançar desmatamento ilegal zero até 2030.

Garantidas essas condições bastante desafiadoras, os custos de produção no país devem ser reduzidos, contribuindo para uma alta do PIB, dos níveis de atividade da economia e das exportações, gerando 70 mil empregos em 10 anos. No entanto, todo esse fluxo econômico só deverá propiciar os ganhos estimados caso haja políticas públicas adequadas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, podendo a agenda de baixo carbono ser um gatilho para potencializar novos negócios e o aumento da competitividade. ■

►
A opinião de articulistas convidados não necessariamente reflete a da CNI.

O FUTURO DO TRABALHO NUNCA FOI TÃO PRESENTE NA SUA VIDA.

A gente procura estar sempre um passo à frente, prevendo tendências de mercado. Para que você possa também acompanhar este ritmo de uma nova indústria, é preciso estar sempre atualizado. Um bom exemplo é o Flatfish, robô desenvolvido pelos Institutos SENAI de Inovação, 100% autônomo que faz inspeção visual de dutos de exploração de petróleo. Tecnologia do futuro, praticada por um profissional do futuro, no presente. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

O SENAI está construindo hoje o futuro do trabalho.

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho



Flatfish, robô 100% autônomo para inspeção submarina de dutos de petróleo.

Saiba mais em www.sempresisenai.com.br

[f/senainacional](https://www.facebook.com/senainacional) [t/senainacional](https://twitter.com/senainacional) [i/senainacional](https://www.instagram.com/senainacional)

[yt/senaibr](https://www.youtube.com/senaibr) [in/senai-nacional](https://www.linkedin.com/company/senai-nacional)

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA